

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE - MPCS

Liliane Jacinto Zerger

**ANÁLISE DO DISCURSO DO PROJETO MANGUE: O PATRIMÔNIO NATURAL
EM QUESTÃO NOS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL DO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO DOS MANGUEZAIS EM JOINVILLE/SC NAS DÉCADAS DE 1970
A 1980**

JOINVILLE – SC

2017

LILIANE JACINTO ZERGER

**ANÁLISE DO DISCURSO DO PROJETO MANGUE: O PATRIMÔNIO NATURAL
EM QUESTÃO NOS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL DO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO DOS MANGUEZAIS EM JOINVILLE/SC NAS DÉCADAS DE 1970
A 1980**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville, na linha de pesquisa em Patrimônio Cultural e Sustentabilidade. Orientador: Dr. Paulo Ivo Koehntopp, co-orientadora Dra.: Luana Carvalho Silva Gusso.

JOINVILLE – SC
2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Zerger, Liliane Jacinto

Z58a Análise do discurso do projeto mangue: o patrimônio natural em questão nos mecanismos de controle social do processo de urbanização dos manguezais em Joinville/SC nas décadas de 1970 a 1980/ Liliane Jacinto Zerger; orientador Dr. Paulo Ivo Koehntopp; coorientadora: Dra. Luana Carvalho Silva Gusso. – Joinville: UNIVILLE, 2017.

117 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

– Universidade da Região de Joinville)

1. Urbanização – Joinville (SC) –1970-1989. 2. Conservação da natureza. 3. Sustentabilidade. 4. Meio ambiente. 5. Análise do discurso. I. Koehntopp, Paulo Ivo (orient.). II. Gusso, Luana Carvalho Silva (co-orient.). III. Título.

CDD 363.7


Termo de Aprovação

“Análise do Discurso do Projeto Mangue: O Patrimônio Natural em Questão nos Mecanismos de Controle Social do Processo de Urbanização dos Manguezais em Joinville nas Décadas de 1970 e 1980”


por

Liliane Jacinto Zerger


Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.


Prof. Dr. Paulo Ivo Koehntopp
Orientadora (UNIVILLE)

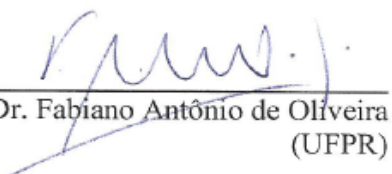

Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Coorientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Paulo Ivo Koehntopp
Orientador (UNIVILLE)


Profa. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
Coorientadora (UNIVILLE)


Prof. Dr. Fabiano Antônio de Oliveira
(UFPR)


Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)

Joinville, 23 de fevereiro de 2017.

“...A Racionalidade ambiental abre caminho para uma reerotização do mundo, transgredindo a ordem estabelecida, a qual impõe a proibição do ser. O saber Ambiental, interrompido pela incompletude do ser, pervertido pelo poder do saber e mobilizado pela relação com o outro, elabora categorias para aprender o real desde o limite da existência e do entendimento, a diferença e a outredade...”

ENRIQUE LEFF

AGRADECIMENTOS

Há muitos a agradecer. Não tenho a pretensão de aqui me estender, pois TODOS que são dignos de minhas considerações e agradecimentos o sabem, me tornaria redundante.

Um agradecimento especial àqueles que se dispusera a ler este trabalho e com elogios ou críticas não se omitiram.

Obrigada à vida....que permitiu caminhar, cansar, desistir e ressignificar. A tudo que acredito e ingenuamente acredito em tudo.

Ao Professor Paulo Ivo, singular sempre. Transmitiu-me tanta segurança e confiança que de tanto, esqueci o conceito...

À banca...que se dispôs a me ouvir.

À minha família que, talvez duvide eu, se compreendem o que significa para mim este trabalho...

Aos meus amores Giomar Felipe Zerger e Frederico Jacinto Zerger, parte fundamental no desenvolvimento deste, amor maior. Sem suas paciências, companheirismo, tolerando ausências, tudo se tornaria muito mais difícil.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste.

MUITO OBRIGADA!!!

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo das áreas de ocupação dos manguezais na porção leste do município de Joinville/SC. O recorte temporal considerado para análise foi de 1970 a 1980, quando ocorreu um intenso fluxo migratório na região de Joinville, oriundas do interior do estado e arredores principalmente do Paraná, incentivados pelo próprio poder público e pelas indústrias em ascensão. O período considerado marca pela atuação do engenheiro sanitário Marco Antonio Tebaldi, que articulou e executou o projeto de urbanização dos manguezais. O estudo buscou compreender dentre as estratégias de poder e mecanismos de controles articulados no projeto para cessar a ocupação de área de preservação permanente, o que de fato teria sido efetivo. Realizou-se a caracterização atual de Joinville/SC e dos bairros de abrangência da pesquisa, bem como demonstramos como ocorreu o processo de ocupação dos manguezais e as etapas de execução do Projeto Mangue. As estratégias de poder e os mecanismos de controles foram analisados à luz de Michel Foucault que trás novo olhar acerca da temática. Suas problematizações sobre o espaço acionando conceitos como poder disciplinar, biopoder, biopolítica, panoptismo foram de grande valia ao objeto de estudo. Corroborando com as ideias de Foucault e em certos aspectos ampliando-as, trazemos Enrique Leff que vem enriquecer o texto com as discussões no que tange a racionalidade, complexidade saber e poder, e suas imbricações com a problemática ambiental. Não nos propusemos apontar vítimas nem culpados, problematizamos o tema à luz autores que não preconizam teorias absolutas. Neste sentido, procuramos compreender com outro olhar o processo de ocupação dos manguezais. Entendemos que se desenvolveu assentados em interesses capitalistas, mas, que estes fazem parte da dinâmica da vida social.

Palavras chaves: Sustentabilidade, Meio ambiente, Patrimônio Natural.

ABSTRACT

This dissertation presents a study of the mangrove occupancy areas in the eastern portion of the city of Joinville / SC. The time cut considered for analysis was from 1970 to 1980, where there was an intense migratory flow in the region of Joinville, originating in the interior of the state and its surroundings mainly from Paraná, encouraged by the public power itself and by the rising industries. The period considered marks the performance of sanitary engineer Marco Antonio Tebaldi, who articulated and executed the urbanization project for mangroves. The study sought to understand among the power strategies and control mechanisms articulated in the project to cease the occupation of permanent preservation area, which in fact would have been effective. The current characterization of Joinville / SC and the neighborhoods covered by the research was carried out, as well as demonstrating how the mangrove occupation process occurred and the stages of mangrove project execution. The strategies of power and the mechanisms of controls were analyzed in the light of Michel Foucault who brings a new look on the subject. His problematizations about space where concepts like disciplinary power, biopower, biopolitics, panoptism were of great value to the object of study. Corroborating with the ideas of Foucault and in certain aspects amplifying them, we bring Enrique Leff who enriches the text with the discussions on rationality, complexity, knowledge and power, and its overlap with the environmental problematic. We did not set out to point out victims or guilty ones, we problematize the subject to light authors who do not advocate absolute theories. In this sense, we try to understand with another look the process of mangrove occupation. We understand that it developed based on capitalist interests, but that these are part of the dynamics of social life.

Keywords: Sustainability, Environment, Natural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Joinville.....	20
Figura 2: Localização da Baía da Babitonga.....	22
Figura 3: Construção de palafitas em área insalubre.....	31
Figura 4: Panfletos distribuídos pela Tupy aos operários nos finais de ano.....	33
Figura 5: Crianças brincando em lodaçal.....	43
Figura 6: Patente - construto rudimentar de madeira.....	44
Figura 7: Canal artificial dividindo a área invadida da área preservada.....	52
Figura 8: Alvará assinado por Del Rey Dom José em 1760.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização atual e descrição geral dos bairros de abrangência da pesquisa.....	23
Quadro 2: Evolução populacional dos bairros de abrangência da pesquisa.....	27
Quadro 3: Fatores que estimulam a ocupação das áreas de manguezais.....	41
Quadro 4: Área de abrangência e limites do Projeto Mangue.....	54
Quadro 5: Cronologia da legislação ambiental brasileira de 1934 – 2012.....	97

LISTA DE SIGLAS

SPU	Serviço do Patrimônio da União
PMJ	Prefeitura Municipal de Joinville
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
SBES	Secretaria de Bem-Estar Social
NBH	Núcleo de Bacias Hidrográficas
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
APP	Área de Preservação Permanente
MPCS	Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
LHO	Laboratório de História Oral
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
PRPPG	Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação
SC	Santa Catarina
FEJ	Faculdade de Engenharia de Joinville
CEF	Caixa Econômica Federal
PT	Partido dos Trabalhadores
CDHJ	O Centro de Direitos Humanos de Joinville
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville
FOD	Floresta Ombrófila Densa
PIB	Produto Interno Bruto
PA	Percepção Ambiental
EA	Educação Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE MANGUEZAIS EM JOINVILLE NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....	18
1.1 Caracterização atual de Joinville e dos bairros de abrangência da pesquisa.....	19
1.2 Ocupações das áreas de manguezais.....	27
2 PROJETO MANGUE: ESTRATÉGIAS DE PODER E MECANISMOS DE CONTROLES.....	46
2.1 Projeto de urbanização das áreas de manguezais: 1ª fase.....	47
2.2 Projeto de urbanização das áreas de manguezais: 2ª fase.....	50
2.3 Relações sociais e segregação socioambiental.....	58
2.4 Medicina social.....	70
2.5 Poder de polícia.....	77
INSUFICIÊNCIA DA IDEIA UTILITÁRIA DA SUSTENTABILIDADE: RACIONALIDADE, COMPLEXIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PODER E SUAS IMBRICAÇÕES: UM OLHAR À LUZ DE ENRIQUE LEFF E MICHEL FOUCAULT.....	84
3.1 A transformação homem natureza: da organicidade ao mecanicismo.....	89
3.1.1 Concepção de ambiente segundo Michel Foucault e Enrique Leff.....	91
3.2 Biopolítica, ecopolítica e educação ambiental.....	94
CONSIDERAÇÕES	106
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, vinculada à linha de pesquisa Patrimônio e Sustentabilidade do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille (MPCS) tem como objetivo discutir o processo de ocupação das áreas de manguezais da porção leste do município de Joinville – SC desencadeados pelo intenso fluxo migratório a partir de 1970. Pretende-se a partir desta premissa, problematizar os mecanismos de controle articulados pelo poder público para sanar a problemática instaurada e consequente preservação do patrimônio natural.

O Projeto Mangue foi coordenado e executado por Marco Antônio Tebaldi, natural de Erechim - RS, formado Engenheiro Sanitarista pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Radicado em Joinville desde 1986, ocupou cargo de secretário de habitação 1993 a 2000, vice-prefeito de Joinville em 2002 e conquistou a reeleição em 2004. O Projeto Mangue apresenta ações estratégicas para viabilizar condições mínimas de qualidade de vida aos migrantes instalados em zonas insalubres e a proteção de área de preservação permanente. O projeto é transformado em livro em 2008 intitulado “**Projeto Mangue: Preservação dos Manguezais de Zonas de Maré**”. Segundo autor, a decisão de registrar em livro foi embalada por várias razões de ordem pessoal e profissional, mas acima de tudo foi “uma forma de deixar para gestores públicos, profissionais e estudantes de engenharia, meio ambiente e urbanismo o registro de uma experiência inovadora e exitosa que representou um significativo avanço na qualidade de vida de milhares de famílias” (Tebaldi, 2008, p. 9). Contudo, a partir de uma leitura crítica do projeto, contraposto com diversas fontes, verifica-se que, o Projeto Mangue é imbuído de discurso contraditório no que tangencia a preservação ambiental, atravessados pela permissividade, consentimento e estímulo do Estado, para uma prática contraditória prevista enquanto crime em Lei.

A dissertação apresentada está assim constituída:

No primeiro capítulo apresentaremos a caracterização de Joinville de maneira geral, e, mais especificamente dos bairros de abrangência da pesquisa. Será também abordado a partir das fontes consultadas, o processo de ocupação das áreas de manguezais da região leste do município de Joinville no transcorrer das décadas de 1970 e 1980. Neste período as correntes migratórias a Joinville, tanto do interior do estado de Santa Catarina (SC) como arredores, foram significativas. Desencadeados pelo processo de industrialização emergente nas cidades e a crise vivenciada no campo, os fluxos migratórios mudaram definitivamente a conformação socioespacial urbana de Joinville encerrando-se em profundas carências para os recém-chegados, e um “problema” para o Poder Público que se vê obrigado a encontrar alternativas para minimizar o impacto gerado decorrente do aumento populacional.

Para discutirmos o processo de ocupação dos manguezais de Joinville – SC, partimos do livro intitulado **Projeto mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré**. Neste livro em especial, o autor descreve o Projeto de maneira sintética frente às ações articuladas e efetivadas pelo Poder Público, do qual fazia parte, os caminhos e descaminhos trilhados, os insucessos, paralisações e retomadas, dentre outros, no transcorrer do decênio de sua execução.

Para dialogar com o referido livro, na tentativa de estabelecer um entendimento sobre o processo de ocupação dos manguezais, apresento alguns referenciais teóricos produzidos (monografias, dissertações e teses) que discutem a temática, a saber: Rosana Martins (1988) “A problemática habitacional de Joinville e a ocupação dos mangues”; Luiz Alberto de Souza (1991) “O processo de ocupação das áreas de manguezais em Joinville: agentes, estratégias e conflitos”; Antonio J. Bourscheid (1993) “O cadastro técnico multifinalitário aplicado ao planejamento urbano: estudo da expansão urbana na cidade de Joinville”; Liliane Moser (1993) “Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville/SC”; Ronaldo Gomes Silveira (1994) “Análise da expansão urbana sobre a área de mangue do município de Joinville, SC”; Valdete

Daufemback Niehues (1999 e 2000) “A institucionalização da ocupação das áreas de mangue em Joinville e De agricultor a operário: lembranças de migrantes”; Nilton José Cristofolini (2012) “Desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e a ocupação dos manguezais”.

No texto aqui apresentado, buscou-se articular às matérias veiculadas em jornais de circulação na região que retratavam diariamente o cenário transformador que a cidade passara. Referentes aos jornais consultados destacam-se: **A Notícia, Diário Catarinense, Extra, Joinville Dia-a-Dia e Jornal de Santa Catarina**. Estes cruzamentos de fontes tornam-se importantes ao objeto de estudo pois iluminam questões obscuras acerca da temática e elucidam lacunas geradas na medida em que contrapõem em diversos aspectos, o discurso proferido pelo Poder Público sobre os mecanismos de controle articulados nas relações vivenciadas.

No segundo capítulo, procura-se demonstrar como se desenvolveu as etapas de execução do projeto de urbanização das áreas de manguezais tendo como referência o livro **Projeto Mangue: Preservação dos Manguezais de Zonas de Maré**. O capítulo está estruturado da seguinte maneira: Projeto de urbanização das áreas de manguezais: 1ª fase; projeto de urbanização das áreas de manguezais: 2ª fase e relações sociais, segregação socioambiental, medicina social e poder de polícia. Procura demonstrar as ações articuladas pelo Poder Público na tentativa de frear o avanço populacional desencadeado por diversos fatores, dentre eles a mecanização da agricultura, que desestabilizou diversos agricultores, e o assédio industrial através de oferta de empregos num momento de crise. As relações estabelecidas entre os moradores das áreas de mangue e entre esses e os executores do projeto de urbanização que ocorreu em duas fases, também serão discutidas.

Buscou-se problematizar as estratégias de poder e os mecanismos de controle articulados pelo poder público na tentativa de sanar a problemática gerada pelo aumento populacional em Joinville num momento de ascensão das atividades industriais e a conseqüente instalação do migrante em áreas de manguezais. Na tentativa de conter o

avanço populacional, o Poder Público que outrora os atraía para atender a demanda de mercado, passa a regulá-los através de mecanismos de controle, disciplinar e biopolítico bem como se utiliza de um discurso contraditório na medida em que ocorrem mudanças na esfera econômica e outros setores passam a se desenvolver necessitando de outro perfil de trabalhador.

Os mecanismos de controle verificados no projeto de urbanização desenvolvido na época serão discutidos com a bibliografia pertinente juntamente com as fontes orais que foram produzidas em outros trabalhos.

Para este capítulo, tem-se como principal eixo teórico norteador conceitos de Michel Foucault visando compreender de que maneira o poder se legitima e que conformações assumem o cenário vivenciado na dialética entre a necessidade de braços para atender o labor fabril, a não oferta de condições mínimas de sobrevivência aos migrantes que aqui se instalaram.

Para isso, proponho uma discussão quanto à ação estatal para atrair o migrante à Joinville, objetivando atender uma demanda de mercado industrial, e as atuações de regulação e controle desenvolvidas pelo poder público para frear o avanço populacional no momento em que ocorrem mudanças na esfera e no modelo econômico. Partindo do discurso utilizado pelo Engenheiro Sanitarista Marco Antônio Tebaldi, coordenador do Projeto Mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré, - expresso no livro homônimo – em que descreve o percurso desde as campanhas para atrair os migrantes à Joinville até as estratégias de contenção do avanço populacional, propõe-se estabelecer um diálogo foucaultiano que transite entre os vários aspectos abordados no projeto e expressos em diversos trabalhos que versam sobre o tema.

Para nortear a discussão, trago como eixo norteador algumas obras de Michel Foucault, a saber: **Segurança, Território e População (2008)** - A obra retrata o curso de mesmo nome ministrado por Michel Foucault no Collège de France (1977-1978), no qual o autor desenvolveu a genealogia de uma forma de saber político centrado nos

mecanismos que possibilitam a regulação da população; **O Nascimento da Biopolítica (2008)** - maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças; **A Microfísica do Poder (1984)** - especificamente o capítulo V - (Nascimento da Medicina Social), onde procura mostrar que a medicina moderna é uma medicina social que tem por *background* uma certa tecnologia do corpo social; e que a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente; **Vigiar e Punir (1987)** - (especificamente o capítulo III - O Panoptismo) onde Michel Foucault tenta entender o panóptico dentro das problematizações do espaço que, para ele, estariam ligadas às dificuldades, no século XVIII, de lidar com o crescente aumento populacional e as transformações oriundas desta demanda, e, finalmente **A Ordem do Discurso (1996)** – texto em que procura mostrar que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Foucault situa o discurso não apenas como tradutor das lutas ou os sistemas de dominação, mas como um lugar que situa o poder como um espaço de luta.

O terceiro capítulo, trazemos como principal teórico norteador, Enrique Leff. Um dos mais reconhecidos intelectuais latino-americanos que discute a temática ambiental sob uma perspectiva interdisciplinar. Autor de diversas obras dentre as quais se destaca nesta discussão o livro **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder (2001)**, composto por 23 capítulos que se originaram em notas, exposições e escritos elaborados nos últimos dez anos. Doutor em Economia do Desenvolvimento pela Sorbonne é professor de pós-graduação da Universidade Autônoma do México (UNAM) e coordenador, desde 1996, da rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe, do Programa das Nações Unidas para o meio

Ambiente (PNUMA). Publicou diversas obras e proferiu palestras que criticam ostensivamente a teoria desenvolvimentista e seus malefícios para o meio ambiente.

Para este trabalho, tal como Foucault que busca evidentemente problematizar os diversos aspectos que tangenciam a dinâmica da vida social e seus processos sem com tudo inferir uma teoria sobre o tema, Leff, discute a complexidade ambiental que se estabelece frente à racionalidade ambiental e as imbricações disciplinares as relações de poder/saber. O discurso de Leff se aproxima dos proferidos por Foucault e elucida a complexidade estabelecida entre saber que gera poder e por extensão sujeição dos corpos frágeis frente à lógica de mercado. Buscou-se compreender nesta dissertação, como os processos se naturalizam e como frente ao enunciado se tendência à busca de culpados ou vítimas.

Nosso objetivo primordial foi compreender dentre as estratégias de poder estabelecida o que efetivamente teria cessado o processo de ocupação dos manguezais. Tentaremos responder, contudo, salientamos que no desenvolver desta, e, principalmente partindo do referencial teórico norteador deste trabalho, evidenciaremos os processos, estratégias e desfechos, mas sem vítimas ou culpados, e sim, como dinâmica do desenvolvimento urbano.

1. A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE MANGUEZAIS EM JOINVILLE NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

A partir da década de 1970, motivados por fatores diversos, que serão abordados no decorrer desta dissertação, Joinville elevou seu índice habitacional consideravelmente. Atraindo migrantes para atender o labor fabril em ascensão, e sem política habitacional para integrá-los, passaram a residir na porção leste do município.

Os espaços ocupados pelos migrantes foram as áreas de manguezais consideradas áreas de preservação permanente (APP) que já tinham sua proteção prevista em lei. Sob a permissividade do Estado, e inclusive estímulos oriundos destes, instaurou-se uma problemática na cidade, cujas ações tomadas para saná-las estão atravessadas por entendimentos antagônicos, inquietantes, controversos, porém, consolidados.

A atração do migrante para atender o labor fabril num momento de desenvolvimento industrial da cidade; a política de retorno destes quando o cenário econômico da cidade muda; as estratégias de gestão populacional para organização do espaço ocupado, rico por sua natureza, contudo insalubre enquanto espaço habitado são questões que serão discutidas à luz de Michel Foucault.

A escolha pelo referencial teórico foucaultiano para nortear a temática anunciada se configura de grande valia no sentido que generosamente Foucault aborda diversas questões, problematizando-as, nunca mediante apontamentos de verdades absolutas. O sujeito e a trajetória de sua constituição passam a ocupar um lugar central nas discussões teóricas das obras de Foucault. Conforme argumenta Gusso, (2008 p. 19) No lugar de considerar o sujeito como uma centralidade inescapável do mundo, “a trajetória foucaultiana deita seu olhar sobre as formas como este sujeito foi constituído por uma configuração de saberes, uma relação de poder e, ainda, como sujeito de suas próprias ações”. Neste sentido, o sujeito construído em cada ser é passivo de inferências

diversas, tornando nulo qualquer tentativa de impor-lhes uma verdade única, pois estes constroem suas verdades através de suas experiências e discursos assimilados.

1.1 Caracterização atual de Joinville e dos bairros de abrangência da pesquisa

A cidade de Joinville, município polo localizado na região sul do Brasil (Figura 1), está inserida na microrregião nordeste do estado de Santa Catarina ao qual também compreendem os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São Francisco do Sul e Schroeder.

Situada em bioma de mata Atlântica com uma extensão territorial de 1.126,106 km², uma população estimada em 546.981 habitantes atingindo uma densidade populacional de 457,58 hab./km², a área equivale a 1,2% do Estado de Santa Catarina. Da área total, 209,36 km² (18,5%) são de área urbana e 923,57 km² (81,5%) de área rural (IBGE, 2012). Ao norte, limita-se com o município de Garuva; ao leste, com São Francisco do Sul; ao sul, com Araquari, Guaramirim, Schroeder; ao oeste, com Campo Alegre e Jaraguá do Sul (IPUJJ, 2010).

É a maior cidade do estado de Santa Catarina responsável por cerca de 20% das exportações do estado. Grande parte da atividade econômica do município está centrada na indústria metal mecânica, têxtil, plástico, metalúrgica, química e farmacêutica. O clima da região é do tipo úmido a superúmido, mesotérmico, com temperatura média anual de 22,63°C. O relevo se desenvolve sobre terrenos cristalinos da Serra do Mar e numa área de sedimentação costeira. Na região da planície ocorrem morros isolados, constituídos de formas de relevo arredondadas, conhecidas como “Mar de Morros” sendo o morro da Boa Vista o mais alto da área urbana, com 220 metros (PMJ, 2014).

Na figura 1, delineados em vermelho, compreende alguns bairros da região leste da cidade - Adventureiro, Jardim Iririú, Comasa, Boa Vista, Fátima e Espinheiros que foram destino dos migrantes e alvo de efetivação do projeto de urbanização das áreas de manguezais.

Figura 1: Mapa de Joinville



Fonte: (PMJ, 2013).

A região de Joinville apresenta um grande potencial em recursos hídricos. A hidrografia local é influenciada por aspectos geomorfológicos estruturais.

O ordenamento hidrográfico do município é composto por sete Bacias Hidrográficas, sendo as Bacias dos: Rio Palmital, Rio Cubatão do Norte, Rio Piraí, Rio Itapocuzinho, Rio Cachoeira, Independentes da Vertente Leste e Independentes da Vertente Sul (CRISTOFOLINI, 2012).

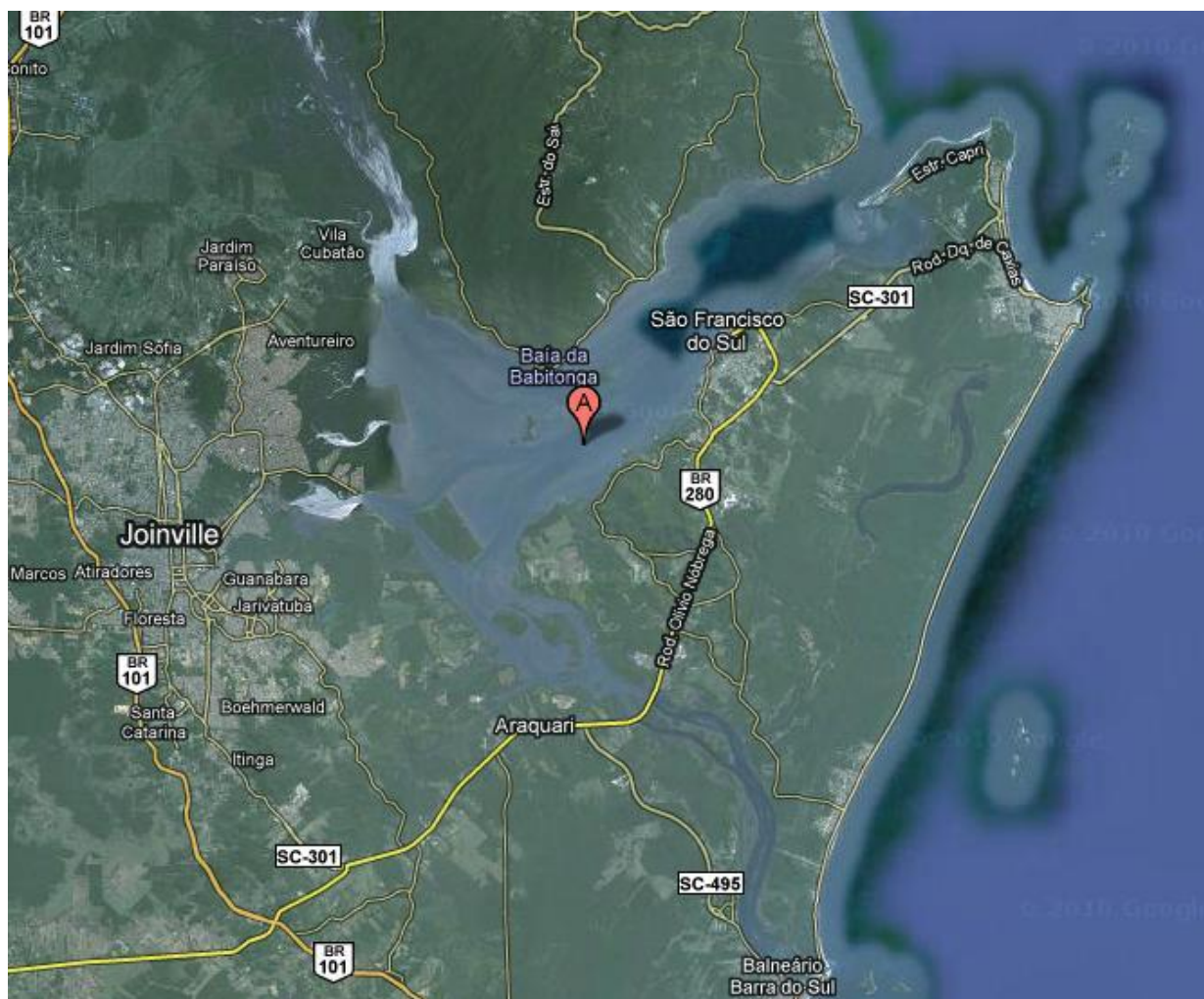
Funcionando como marco natural divisório entre Joinville e alguns dos municípios citados (São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Araquari e Balneário Barra do Sul), encontra-se a Baía da Babitonga (Figura 2) (CRISTOFOLINI, 2012). Marco natural de limites citadinos, a Baía da Babitonga situa-se no município de São Francisco do Sul/SC e compreende uma área total de 160 km² com coordenadas geográficas centrais de 26°15'54"S e 48°41'13"W ao nível do mar. É a mais importante região estuarina de Santa Catarina, onde está concentrada a maior formação de manguezais ao sul do Brasil, abrangendo uma extensão máxima de 5 km de largura por 20 km de comprimento em uma área de 62 km² (CREMER, 2014). No que tange sua área limítrofe abarca todo o estuário da Baía da Babitonga, incluindo o canal do Linguado e o Rio Palmital. Referente aos seus componentes Cremer (2006, p. 309/310) afirma:

Compreende uma área estuarina de elevada produtividade, que abriga 70% dos manguezais de Santa Catarina. Além dos manguezais, as margens também apresentam marismas, praias lodosas e areno-lodosas e ambientes rochosos. Grandes planícies de maré se formam nas marés de sizígia. A área conta também com várias ilhas e lajes expostas, e uma extensa rede hidrográfica, além de inúmeras gamboas.

Em Joinville, a planície costeira “caracteriza-se como uma costa sedimentar de interior de estuários, com amplo desenvolvimento de manguezais e intensa ocupação humana nas planícies aluviais e flúvio-marinhas (PMJ, 2015).” As áreas de manguezais acabaram sendo ocupadas e degradadas para a “realização de empreendimentos

imobiliários, aliados aos interesses capitalistas, produtivistas, que se expandiram ao longo do século XX e ainda continuam se desenvolvendo no século XXI” (CRISTOFOLINI, 2012). Os manguezais em Joinville, ocorrem nas margens da Lagoa do Saguçu e da Baía da Babitonga, com cerca de 36,54 km², abrangem mais de 50% da área total da Baía.

Figura 2: Localização da Baía da Babitonga




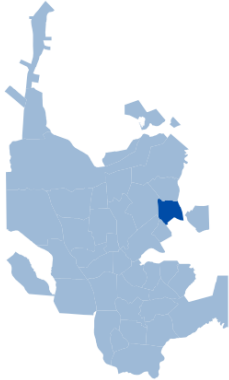
Fonte: (Google Imagem, 2015).

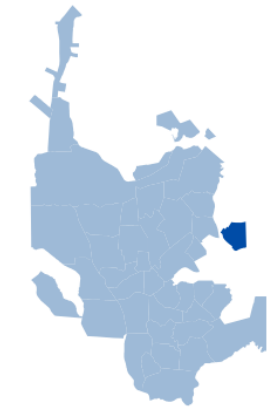
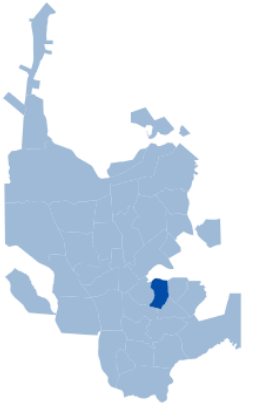
Os manguezais são ecossistemas costeiros que se originaram nas regiões dos oceanos Índico e Pacífico e que durante o processo da separação dos continentes distribuíram-se auxiliados pelas correntes marítimas. Estes ambientes estão localizados nas faixas tropical e subtropical do planeta, ocupando regiões inundadas pela maré tais como: “estuários, lagoas costeiras, baías e deltas. Estas regiões caracterizam, mas não obrigatoriamente, misturas de águas dulcícolas e oceânicas” (ALVES, 2001 p 11).

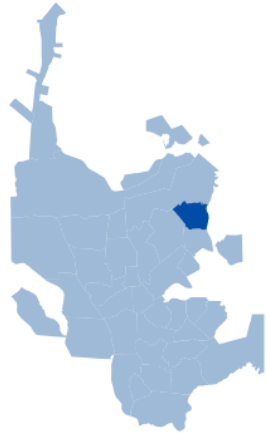

No que se refere à divisão de Joinville em bairros e zonas industriais, “em 1980 Joinville possuía 22 bairros, em 1991 passou a ter 34 bairros e, em 2007 chegou aos atuais 41 bairros, sendo três deles no Distrito de Pirabeiraba e duas zonas industriais” (PMJ, 2014, p.46). Com base em banco de dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville (IPUJJ) foi realizada a caracterização atual dos bairros de Joinville que foram alvo da política de Urbanização através do Projeto Mangue. A descrição apresentada no quadro 1, foi realizada quanto: origem do bairro, demografia e renda, infraestrutura urbana, aspectos sociais, meio ambiente e aspectos político-administrativos. Além dos aspectos mencionados, apresenta-se sua localização na porção leste da cidade.

Quadro 1: Caracterização atual e descrição geral dos bairros de abrangência da pesquisa

BAIRRO	MAPA	DESCRIÇÃO GERAL: ORIGEM DO BAIRRO, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E RENDA, RENDIMENTO MÉDIO, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
--------	------	--

BOA VISTA		<p>O bairro foi criado com a promulgação da Lei nº 1.526, de 5 de julho de 1977. Lei nº1. 681, de 10/09/1979. Lei Complementar nº. 54, de 18/12/1997. Com área de 5,36 km², distando da região central 47 km. Em 2013 apresentou um índice populacional de 17.662 habitantes, sendo (50,64% mulheres e 49,36 % homens) com densidade demográfica de 3.295 hab./km². Quanto ao rendimento médio, ficou em torno de 2,03 salários mínimos/mês. No tocante a infraestrutura básica, o bairro apresenta 99% de fornecimento de luz e 99% de água. Quanto ao esgoto domiciliar, não continha informação. Quanto ao relevo faz parte da vertente leste do Morro do Boa Vista; apresentando o Museu Fritz Alt como Patrimônio histórico, artístico e cultural do bairro. Ao longo das margens e do braço do rio Cachoeira e no entorno da Lagoa do Saguçu, onde não se faz presente a ocupação humana, encontra-se os remanescentes de manguezais da região leste de Joinville. Parte dos remanescentes está localizada fora do perímetro urbano da cidade. Como Unidade de planejamento e gestão do meio ambiente apresenta: Unidade de Conservação da Natureza - Área de Relevante Interesse Ecológico Morro do Boa Vista e Unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos as bacias hidrográficas independentes da vertente leste. O bairro consta com Parques/praças, sendo: Praça 1º de Maio, Praça Albano Schmidt, Praça Cecy Maia, Área de Lazer Calceteiro, Praça do Aleijadinho, Praça do Boa Vista (IPUJJ, 2013 p. 29/30/31).</p>
COMASA		<p>O bairro foi criado pela Lei Complementar nº. 54, de 18/12/1997. Compreende uma área de 2,72 km², distando 5,01 km da região central da cidade. Apresenta atualmente 20.806 habitantes sendo (50,16% mulheres e 49,84 homens) cuja densidade demográfica é de 7.649 hab./km². O rendimento Médio Mensal do Bairro em Salários Mínimos gira em torno de 1,52 sm /mês. Quanto aos remanescentes de manguezais da região leste de Joinville estes estão localizado no entorno da Ilha dos Espinheiros, foz do rio Fortuna/Guaxanduva, margem esquerda do canal de contenção de invasão dos mangues, no limite deste bairro com a Lagoa do Saguçu, onde não se faz presente a ocupação humana. O bairro apresenta três sítios arqueológico pré-colonial de tipologia sambaqui sendo eles: Rio Comprido, Espinheiros I e Espinheiros II. Na Unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos compreendem as bacias hidrográficas independentes da vertente leste. Quanto à presença de parques/praças, consta no bairro a área de Lazer da Vila Paranaense, Área de Lazer Vila Novos Horizontes, Praça Davi da Graça, Área de Lazer Avencal. No que confere a infraestrutura básica o fornecimento de água e luz revelam índices de 99%, respectivamente. Quanto à coleta e tratamento de esgoto domiciliar não há informação (IPUJJ, 2013 p. 49, 50 e 51).</p>

<p style="text-align: center;">ESPINHEIRO</p>		<p>O bairro Espinheiros foi criado a partir da promulgação da Lei Complementar nº. 54, de 18/12/1997. Apresenta índice populacional de 8.851 habitantes sendo (49,50% mulheres e 50,50 homens) o que representa uma densidade demográfica de 3.230 hab./km². O rendimento médio mensal do bairro em salários mínimos é de 1,52 sm /mês. Compreende uma área de 2,74 km² com distância da região central da cidade de 7.41 km. Concernente aos aspectos ambientais é composto pelos remanescentes de manguezais da região leste de Joinville localizado no entorno da Ilha dos Espinheiros, e da Lagoa do Saguçu, as quais compõe o Complexo Lagunar-Estuarino da Baía da Babitonga, onde não se faz presente a ocupação humana. O bairro é composto por diversos sítios arqueológicos pré-coloniais de tipologia sambaqui, sendo eles: Ilha do Gado II, Ilha dos Espinheiros I, Ilha dos Espinheiros II, Ilha dos Espinheiros III, Ilha dos Espinheiros IV, sambaqui - Ilha do Gado I, sambaqui - Ilha do Gado III e Ilha do Gado IV. Quanto a Unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos compõem-se das bacias hidrográficas independentes da vertente leste. Referente à presença de parques/praças é composto pela área de Lazer Moinho dos Ventos, área de Lazer Francisco E. Bernardo e área de Lazer Francisco Rodrigues Miranda (Moinhos dos Ventos II). Concernente à infraestrutura básica - fornecimento de água e luz -, os índices são de 99% respectivamente. Não há informações quanto ao tratamento de esgoto domiciliar (IPUJJ, 2013 p. 61, 62 e 63).</p>
<p style="text-align: center;">FATIMA</p>		<p>O bairro Fátima, compreende uma área total de 2,22 km² com 3,82 km de distância da área central da cidade. O Bairro foi criado através Lei nº 1.526, de 5 de julho de 1977. Lei nº1.681, de 10/09/79. Lei Complementar nº. 54, de 18/12/97. Lei Complementar nº. 173, de 29 de dezembro de 2004. Com população atual de 14.894 habitantes sendo (50,72% mulheres e 49, 28% homens), apresentando uma densidade demográfica de 6.709 hab./km² com rendimento médio de 1,40 salários mínimos/mês. Quanto aos remanescentes de manguezais da região leste de Joinville, estão localizados junto às margens do rio Itaum-açú e Itaum-mirim, junto às margens do riacho Bupeva, ao longo das margens e do braço do rio Cachoeira, onde não se faz presente a ocupação humana. No tocante as Unidades de planejamento e gestão dos recursos hídricos apresenta a bacia hidrográfica do rio Cachoeira. Consta a Praça Padre Érico como unidade de lazer. No que se refere ao serviço de infraestrutura básica, há fornecimento de 99% de água e luz. Já para o tratamento de esgoto domiciliar, o índice é de 20,08% da área do bairro é atendida por rede coletora de esgotos (IPUJJ, 2013 p.65, 66 e 67).</p>

JARDIM IRIRIU		<p>O bairro Jardim Iririú foi criado a partir da Lei nº 3.219 de 27/10/1995. Lei complementar nº 54, de 18/12/1997. Compreende uma extensão territorial de 3,30 km² distando do centro da cidade apenas 5,91 km. Com um índice populacional de 24.156 habitantes sendo (50,03% mulheres e 49,97% homens) um índice expressivo considerando a área do bairro. A densidade demográfica gira em torno de 7.320 hab./km². O rendimento médio mensal do bairro em salários mínimos é de 1,52 sm /mês. Quanto aos aspectos ambientais compreendem os remanescentes de manguezais da região leste de Joinville localizado junto às margens do Rio Iririú-mirim, e junto às margens do canal de contenção de invasão dos mangues, onde não se faz presente a ocupação humana. Concernente a Unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos é composto pelas bacias hidrográficas independentes da vertente leste. Referentes à presença de parques/praças consta a Praça São João Batista, área de Lazer Estádio M. Beninca e área de Lazer Portinho. Quanto ao fornecimento de infraestrutura básica - água e luz - os índices de fornecimento são de 99% respectivamente. Não há informações quanto à coleta e tratamento de esgoto domiciliar (IPUJJ, 2013 p. 93, 94 e 95).</p>
AVENTUREIRO		<p>O bairro Aventureiro foi criado pela Lei nº 2.376, de 12/01/1990. Lei Complementar nº. 54, de 18/12/1997. Compreende uma área de 9,44 km² distando do centro da cidade um percurso de 7,03 km. Concernente ao índice populacional, este gira em torno de 37.058 sendo (49,73% mulheres e 50,27% homens) apresentando uma densidade demográfica de 3 926 hab./km². O rendimento médio mensal do bairro em salários mínimos gira em volta dos 1,57 sm /mês.Quanto aos aspectos ambientais é composto pelo relevo Morro do Iririú, parte do Morro do Boa Vista; remanescentes de manguezais da região leste de Joinville ao longo das margens do rio do Ferro, ao longo das margens do rio Iririú-mirim, ao longo do Rio Iririú-guaçu, no entorno da Ilha da Vaca e da Lagoa do Varadouro, onde não se faz presente a ocupação humana. Parte deste remanescente está localizada fora do perímetro urbano da cidade. Contém ainda um sítio arqueológico pré-colonial sambaqui situado na Rua Guaira. Quanto a Unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos apresenta as bacias hidrográficas independentes da vertente leste, bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte. Referente à presença de parques/praças e composto pelas Praças Antônio Reinert, Praça Mário Valentim Muraro, Praça Osmar Evaristo Heck (Praça Santa Luzia), Praça João Inácio do Nascimento (Praça Jardim Francine), Praça Francieli Pavoski.Referente a infraestrutura básica - fornecimento de água e luz, estes giram em torno de 99%;Respectivamente. Já para o esgoto domiciliar não apresenta informação (IPUJJ, 2013, p. 25, 26 e 27).</p>

Fonte: Quadro organizado pela autora com base em dados do IPUJJ (2013).

O Quadro 2, mostra a evolução populacional destes bairros no transcorrer de quatro décadas, ilustrando o “salto” populacional vivenciado a partir das correntes migratórias da década intensificadas na década de 1970.

Quadro 2: Evolução populacional dos bairros de abrangência da pesquisa.

BAIRRO	1980	1990	2000	2010
BOA VISTA	32.410	42.876	16.598	16.638
COMASA	-	-	19.048	19.601
ESPINHEIROS	-	-	6.139	8.338
FÁTIMA	6.480	17.407	13.468	14.031
JARDIM IRIRIÚ	-	-	19.162	22.756
AVENTUREIRO	-	20.042	30.395	34.910

Fonte: IBGE Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010.

Neste quadro não consta informação do índice populacional das décadas de 1970 e 1980 para o bairro Comasa, Espinheiros e Jardim Iririú. Os dois primeiros foram criados em dezembro de 1997 e o último em outubro de 1995. Conforme abordado no Quadro 1, o Comasa pertencia ao Boa Vista e o Espinheiros se restringia a uma ilha, na Baía de São Francisco e o acesso ao Boa Vista era feito só por canoas, aliás, único meio de transporte da época. O bairro Aventureiro foi criado em janeiro de 1990 (IPUJJ, 2013).

1.2 Ocupações das áreas de manguezais

A partir da década de 1970, com a expansão da indústria joinvillense e a necessidade de mão de obra para garantir o ritmo da produção fabril, iniciou-se uma campanha de

atração de migrantes dentro do próprio estado de Santa Catarina. Representantes das indústrias visitavam cidades vizinhas em busca de pessoas ociosas/desempregadas tanto na cidade como no campo, realizava-se o recrutamento e, como muitos não se dispunham a residir em Joinville, colocavam-se linhas de ônibus para trazer e levar os trabalhadores. Ao exaurir as possibilidades de conseguir mão de obra nas cidades vizinhas de Joinville, passou-se a buscar trabalhadores no sul do estado e posteriormente em estados vizinhos - principalmente Paraná (NIEHUES, 2000). Em razão da carência de mão de obra, o discurso utilizado tanto pelas indústrias como pelo Poder Público, foi a atração do migrante. Para isso, realizavam anúncios em rádios, jornais e em carros de som em suas cidades de origem, bem como disponibilizavam transporte para trazer aqueles que se dispunham (TEBALDI, 2008).

De acordo com Souza (2007, p.54) os meios de comunicação também exerceram um papel fundamental para estimular as correntes migratórias das áreas rurais para as áreas urbanas. “A chegada da televisão nos lares dos agricultores contribuiu para a construção do imaginário de progresso associado à cidade grande, e de atraso relacionado à vida no campo”. O rádio foi um veículo de comunicação que teve uma função importante enquanto recurso pedagógico, no afã de atrair trabalhadores para a linha de produção (NIEHUES, 2000).

Frente à conjuntura problemática devido à crise vivenciada pelas mudanças ocasionadas na esfera econômica, Joinville sofreu um dos piores transtornos urbanísticos de sua história elevando a cidade a quase uma condição de favelização. Uma das consequências foi o inchaço da periferia e o aumento das demandas estruturais. “A projeção de então era que se nada fosse feito a cidade entraria no século XXI com 600 mil habitantes, um crescimento anormal e desordenado, trazendo consequências catastróficas do ponto de vista socioambiental” (TEBALDI, 2008, p. 30).

De acordo com Tebaldi (2008, p. 23 a 27) as razões que justificam o intenso fluxo migratório desencadeando um “inchaço” na periferia da cidade seriam:

A instabilidade econômica, desde os últimos anos da década de 70, empobreceu um contingente fabuloso da população brasileira, no campo e nas cidades, especialmente nas menores, mais dependentes das atividades agrícolas. Outro fenômeno que ocorreu ao longo da década de 70 foi a implantação das monoculturas de soja e trigo, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Paraná, e alguns focos no planalto catarinense, ambas com elevado grau de mecanização e pouco emprego de mão de obra. Também a cana-de-açúcar e o algodão entram com força no Norte do Paraná e sudoeste de São Paulo, ocupando mão de obra temporária e sem vínculo empregatício [...] O interior catarinense sofreu o mesmo processo, porém, por diferentes fatores, em proporções bem menores. O fenômeno da urbanização em SC manifestou-se de forma mais branda que no resto do país, passando de uma sociedade eminentemente rural - em 1940, do total de sua população, 85% vivia no campo - para uma situação de relativo equilíbrio em 1980, com 59,38% urbana e 40,62% rural [...] Uma das mais expressivas correntes migratórias para Joinville veio do sul do estado, desencadeada pela grande enchente de Tubarão em 1974, e pelo declínio da atividade extrativista de carvão mineral em Criciúma [...] A falta de ensino superior no Meio-Oeste catarinense foi um fator determinante para a migração de jovens que vinham em busca de estudo, e uma vez formados, traziam a família.

A população urbana percebia positivamente a mudança da população rural para a cidade, pois desta maneira os migrantes estariam experimentando uma forma de progresso decorrente da industrialização e da urbanização. “Esta visão otimista era, também, partilhada pelo agricultor, sujeito que assimilou um discurso, ou um imaginário construído pelos outros sobre ele” (NIEHUES, 2000, p.78). Conforme Foucault (1995, p. 235.) “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento”.

Mesmo sem conhecê-la, a cidade fascinava a muitos. Conforme depoimento de um migrante, Hélio Daufemback, concedido à Niehues (2000), menciona o desejo de residir na cidade e abandonar a vida sofrida no campo. Relata que vislumbrava superioridade dos cidadãos que segundo ele, refletia na aparência, vestimentas, vocabulário e até mesmo no perfume que usavam. Desestimulados pela instabilidade no campo, as incertezas com a agricultura e as promessas de uma vida próspera, somados as propagandas de prosperidade oferecidas pelo labor fabril, Joinville apresentava uma oportunidade única e um bom lugar para começar a vida na cidade.

Os migrantes chegarem a Joinville, embora houvesse emprego, foram impactados pela ausência de uma política habitacional por parte do Poder Público para integrar os migrantes de modo a garantir-lhes condições mínimas de qualidade de vida e dignidade. Frente a isto, a instalação em zonas insalubres como os manguezais, foi a alternativa encontrada.

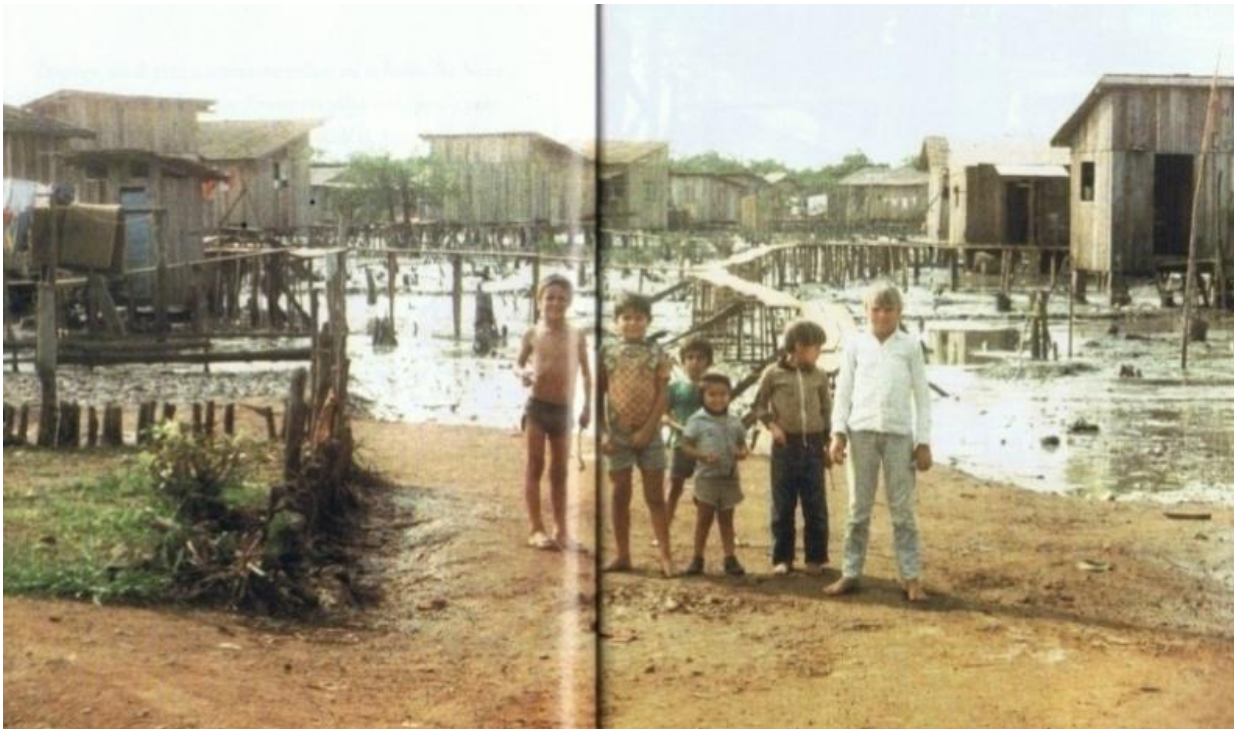
Em entrevista concedida a S.Thiago (2000, p. 183) a respeito das constantes invasões de área de mangue e seus apoiadores, Wittich Freitag prefeito de Joinville na época, discorre; “Chegavam de manhã na rodoviária, com um saco nas costas e iam para o mangue. Os que já haviam conseguido emprego mandavam cartas para as rádios da sua cidade, espalhando a notícia de que em Joinville havia trabalho”. Esta situação era rotineira e “como uma reação em cadeia, formou-se logo a Indústria da invasão”.

Embora atraídos para auxiliar no desenvolvimento industrial da cidade, oferecendo-lhes como alternativa o residir em áreas de mangue, o poder público (na pessoa do prefeito à época, Wittich Freitag), proferiu um discurso imbuído de pejoratividade, na medida em que se referem àqueles que outrora atraía, como integrantes de uma indústria de invasão¹. Embora não me sinta confortável quanto ao emprego do conceito “invasão”, pois pelo contexto que será analisado percebe-se que o local lhes fora imposto, o mantereí, pois está marcado em todas as obras consultadas sobre a temática. Creio que o termo “ocupação irregular” seria mais apropriado para a situação vivida pelos migrantes.

Movidos pela perspectiva de melhores condições de vida, migrantes chegaram a Joinville, cujo destino imposto foram as áreas insalubres de manguezais pertencentes à União, nelas construindo frágeis e insalubres palafitas (Figura 3).

¹ Dentre vários significados encontra-se: área ilegalmente ocupada por moradias populares.

Figura 3: Construção de palafitas em área insalubre.



Fonte: Tebaldi (2008, p. 160).

Segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - na década de 1960 Joinville apresentava 70.687 habitantes, no transcorrer da década de 1970 esse número se elevaria para 126.058, em 1980 para 235.803 e em 1990 Joinville atingiu 347.151 habitantes (IBGE, 2012, p. 102, *in Cristofolini (2012)*). Um dos fatores que justifica esse “salto” em termos populacionais foi como já mencionado, a expansão industrial joinvillense. No início da década de 1970, a Fundação Tupy amplia seu patrimônio ao transferir sua unidade fabril do centro da cidade para uma área de mangue localizada no até então inexpressivo Bairro Boa Vista, beneficiando-se de facilidades de financiamentos tanto a nível estadual como federal (GUEDES, 2010).

Cabe ressaltar que as áreas de mangue já vinham sendo cedidas para instalações de grandes indústrias, e é comum desenvolvimento urbano aos arredores da zona industrial. Esta ação de ceder área de mangue à Tupy potencializou a urbanização do

manguezal. Curioso, o fato tornar-se alvo de críticas, apenas quando da instalação por pessoas de baixa renda.

Conforme Souza (1991, p. 84) “O crescimento da economia demandou pela necessidade de mais espaço para sua expansão industrial, conforme documento expedido pelo Serviço do Patrimônio da União (SPU), autorizando a Fundação Tupy a ocupar 137.200,00 m² de área de mangue em Joinville”.

A ocupação dos manguezais em Joinville-SC ganhou espaço nos meios de comunicação de forma exaustiva, quando de sua ocupação por migrantes que vieram em busca de emprego. Contudo, a prática ilegal e contraditória enunciada, já ocorria com apoio do Estado para grandes empresários, tendo sua discussão crítica de forma mais acentuada, quando as invasões por migrantes tornaram-se um problema ao Poder Público.

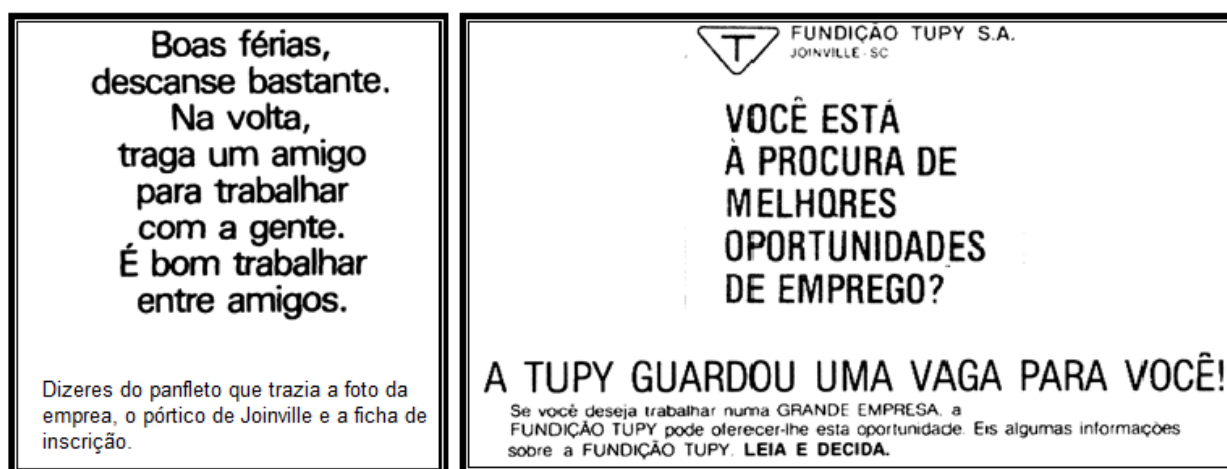
Instalada sobre parte de ecossistemas de manguezais, ao lado da Lagoa do Saguçu, a Fundação Tupy influenciou a configuração sócio espacial urbano mais densamente povoada desta região. Com a instalação da Fundação Tupy, “o referido bairro agrega valor imobiliário e desenvolvimento, aumentando a pressão pela ocupação dessas áreas de manguezais remanescentes, contíguas à malha urbana e a Lagoa do Saguçu” (CRISTOFOLINI, 2012, p. 256). O impacto gerado pela presença da Fundação Tupy na periferia da cidade proporcionou também a necessidade da transferência para próximas de si, de outras atividades, e, portanto de pessoas, também necessárias para suprir seu funcionamento.

Para atender a demanda de mercado nacional e internacional e garantir o ritmo da produção fabril, algumas empresas tiveram que desenvolver métodos atrativos para manter um fluxo contínuo de trabalhadores. Para atrair operários, a Fundação Tupy se utilizava de estratégias diferenciadas tais como, no final de cada ano, antes de irem para as férias coletivas, os trabalhadores recebiam uma cesta de natal e junto dela, folders anunciando: “trabalhe entre amigos e traga um amigo” (NIEHEUS, 2000, p. 19). Os trabalhadores que partiam a rever amigos e familiares eram responsáveis pela vinda de tantas outras pessoas para Joinville. A este respeito Souza relata que a Tupy “durante o

natal de 1986, colocou junto às cestas de brindes um folder (Figura 4), onde no verso havia uma ficha para que cada funcionário a devolvesse preenchida com os dados de algum pretendente a emprego na empresa” (SOUZA, 1991, p. 84).

A respeito do folder Marlene Silveira Custódio, migrante entrevistada por Niehues (2000, p. 104), descreve que o folder “era lindo, feito com um papel bonito e tinha uma foto da empresa, bem bonita. Era algo bem chamativo e dizia: Venha trabalhar. É sua oportunidade de emprego. Alguma coisa assim”.

Figura 4: Panfletos distribuídos pela Tupy aos operários nos finais de ano.



Fonte: Niehues (2000, p. 105/106).

A ordem à época era desenvolver-se industrialmente. Questões sociais e ambientais eram aspectos secundários neste cenário “delineado pela cultura do capitalismo, a sociedade supervaloriza o poder econômico, muitas vezes, sem se preocupar com o bem estar da coletividade” (CRISTOFOLINI, 2012, p.110). Importava atrair mão de obra, mesmo que sem qualificação para a indústria, ampliar as unidades fabris e as prestadoras de serviço joinvilense. A este respeito Guedes (2010, p. 112) afirma:

A transferência da fábrica Tupy para a localidade do Boa Vista e sua ampliação modificaram a cidade. Além de muitos novos empregos o crescimento da fábrica possibilitou a abertura de inúmeras empresas prestadoras de serviço, assim como o comércio de diferentes produtos. Ao mesmo tempo, além do Comasa, novos loteamentos iam sendo criados para abrigar aqueles que procuravam morar perto de seus lugares de trabalho.

Conforme Souza (1991) ao deslocar-se para a região leste de Joinville a Fundação Tupy coloca-se ao mesmo tempo como impulsionadora do crescimento econômico do Bairro Boa Vista e região, e em contrapartida, torna-se responsável em grande parte pela ocupação e destruição dos mangues da Baía da Babitonga na região de Joinville.

Um dos grandes problemas enfrentados, como já mencionado, era a falta de habitação. A Fundação Tupy oferecia certa estrutura a seus funcionários, porém não atendia a todos. A estrutura montada pela empresa atendia às necessidades de trabalhadores que vinham sós, sem a família e durante 90 dias, após, ficava a cargo do próprio operário. De acordo com Verner Lemke, recrutador de operários da Tupy na época, em entrevista concedida à Niehues (2000, p.100):

Nós dávamos preferência para os solteiros. Casados não trazíamos porque não tínhamos estrutura [...] Nós tínhamos pensões no Boa Vista. Tinha uma com cerca de 1.200 leitos. [...] Nós fazíamos contato com o dono da pensão, ele dava cama, chuveiro pra pessoa tomar banho e nós dávamos o café da manhã, almoço e janta. Isto ele fazia no refeitório da empresa. Quando ele chegava, a primeira coisa, colocávamos o homem lá na pensão.

Esta estratégia de organização do corpo é característico do poder disciplinar cujas técnicas e mecanismos de poder são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade utilidade” (FOUCAULT, 1975, p. 161).

Segundo Verner Lemke *In Niehues (2000)*, apesar do cuidado que tomávamos no recrutamento de pessoal, em selecionar somente os operários solteiros, “vinham para Joinville inúmeras famílias, atraídas pelas propagandas que se faziam da cidade e das vantagens em trabalhar numa empresa como a Fundação Tupy (NIEHUES, 2000 p. 106)”.

Foi neste contexto que as áreas de mangue tornaram-se uma alternativa para a instalação do migrante. Os operários das indústrias, principalmente da Tupy, inicialmente preferiam morar por perto da empresa. Conforme argumenta Niehues (1999, p.20) “Percebendo que o seu salário não era o suficiente para a aquisição de um terreno em condições favoráveis à moradia, logo erguiam as palafitas, disputando um espaço nas terras pertencentes à marinha²”.

Havia o emprego, porém, além de não haver uma política habitacional por parte do Poder Público, as famílias eram desprovidas de economias para se estabelecerem na nova cidade. A solução rápida e barata acabou sendo a ocupação de larga faixa de mangue na região leste da cidade para atender uma demanda de mercado assentado em interesses capitalistas com consentimento do Estado.

Segundo Tebaldi (2008, p. 16) num primeiro levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ) “em 1983, cerca de 2 mil famílias já tinham invadido o local [...] Em 1986, o número de famílias chegou a 5 mil e, em 1996, já era mais de 10 mil, ou aproximadamente 50 mil pessoas”.

A respeito da prática de ocupação de áreas de manguezais atrelados a interesses capitalistas sobre o consentimento do Estado, Cristofolini (2012, p. 68), descreve:

² A Resolução Portomarinst n° 318.301 de 12 de julho de 1983 define como área da marinha terrenos em uma profundidade de trinta e três metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da Linha do Preamar Média (LPM) de 1831, situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde se faça sentir a influência das marés.

A ocupação de áreas de manguezais está atrelada à civilização bem como pelo modo de produção da existência humana, envolvendo interesses econômicos da indústria ao necessitar de espaço para ampliar sua atividade produtiva; dos promotores imobiliários, cuja renda depende da comercialização de imóveis habitáveis e; dos trabalhadores de baixa renda, que se instalam sobre áreas impróprias por não disporem de recursos suficientes para adquirir uma moradia em lugar que apresente alguma infraestrutura urbana. Dentro desse contexto, o próprio Estado acaba permitindo essa prática contraditória, crescimento econômico à custa de exploração e destruição da natureza.

Atraídos pela oferta de emprego nas indústrias e percebendo baixos salários, os migrantes não vislumbravam alternativas senão a de ocupação de áreas públicas. A maioria dos migrantes ocupavam trabalhos nas indústrias e a composição familiar girava em torno de 5 a 6 pessoas, geralmente apenas 1 trabalhava recebendo pouco mais de um salário mínimo mensal (TEBALDI, 2008).

A respeito deste mecanismo adotado pelas grandes indústrias de atraírem trabalhadores para próximo de si pagando-lhes baixos salários influenciando a ocupação de áreas públicas, Souza (1991, p. 29) entende que “produz uma massa assalariada pobre, que com seus baixos salários não consegue sobreviver condignamente, sendo obrigados a encontrar formas alternativas de aumento de sua renda salarial, entre elas a invasão de espaços públicos e/ou privados”.

Estas áreas insalubres, contudo, não atraía atenção somente daquela parcela da sociedade desprovida de condições financeiras para aquisição de moradia. Outros segmentos sociais passaram a perceber estes lugares como possibilidade lucrativa. Existem aqueles que se beneficiaram economicamente com tal prática, “criando loteamentos e expandindo parques fabris nestas áreas; a estas ações o poder público municipal sempre fez "vistas grossas" sem manifestar publicamente qualquer preocupação com tais ações (MOSER, 1993, p. 135)”. A este respeito Cristofolini (2012, p. 255) entende que para muitos trabalhadores de baixa renda o espaço dos manguezais “acabou se constituindo a única opção viável para a construção de suas casas, visto que os imóveis urbanos eram inacessíveis e não havia uma política de

financiamento habitacional capaz de contemplar as demandas emergentes da sociedade”. Porém, não eram os únicos interessados e beneficiados “pessoas de maior poder aquisitivo, também se aproveitaram da oportunidade de ocupar áreas banhadas pelas águas da maré. Promotores imobiliários igualmente se beneficiaram com a comercialização dessas áreas por meio de seu loteamento”.

Os investidores imobiliários passaram a reivindicar essas áreas. A atuação foi “norteada pela facilidade na aquisição de extensas áreas de mangues, com o intuito de executar extensos loteamentos sem infraestrutura e sem os requisitos legais exigidos [...] Quando a PMJ iniciou os trabalho de urbanização em 1985, esses investidores “começaram a criticar veementemente essa iniciativa sob pretexto que o mangue não era apropriado para as pessoas ali ficarem, sob pena de estarem criando uma “população sub-humana” (SOUZA, 1991, p. 56 a 58)”.

A pesquisa realizada por Souza (2007, p. 57 e 58) a respeito da ocupação do bairro Espinheiros indica a comercialização ilegal de áreas de mangue. Conforme entrevista que realizou com Marlene Pereira e Verônica Daltina, as entrevistadas afirmam que “um homem tomou conta e vendia os terrenos. Depois é que a Prefeitura chamou os moradores e começaram a regularizar a situação, pagando por mês”. As entrevistadas afirmam que compraram o terreno de pessoas que invadiram estas áreas “mas daí veio uma cartinha da Prefeitura dizendo que aqui era terreno invadido e que não era para pagar. Daí a Prefeitura veio e legalizou”.

A PMJ e o SPU não impunham qualquer tipo de resistência. Para o Governo interessava arrecadar impostos. Mediante o pagamento do Laudêmio³, os interessados que desejassem regularizar sua situação, obtinham o título de posse. O primeiro passo era a construção de uma casinha e posteriormente o pagamento do Laudêmio. Em

³ O Laudêmio compreende uma taxa recolhida junto aos cofres públicos do Governo Federal, cobrada na proporção de 2,5% a 5%, para fins de obtenção do título de posse do terreno.

nomes de terceiros, imobiliárias também se beneficiaram desta política para comercialização de lotes nas áreas de Manguezais (CRISTOFOLINI, 2012).

Ao encontro do que enuncia Cristofolini (2012) sobre os passos para obtenção da certidão que regularizava o lote junto ao SPU, em reportagem concedida a Adilson Borges do jornal A NOTÍCIA (1981), o morador João Francisco dos Santos operário da Tupy afirma que no Espinheiro tinha muitas áreas disponíveis:

É só a gente emprestar machado, derrubar essas árvores pisando em caranguejo, tocar fogo no mato seco e depois fincar os palanques e construir o barraco. Ninguém incomoda. Mas tem que pegar logo o primeiro pagamento e ir a Florianópolis acertar a papelada com o Serviço de Patrimônio da União. Daí em diante a casa é da gente de verdade.

O Poder Público buscou mecanismos para resolver a problemática instaurada nas áreas de ocupação dos manguezais, a partir de uma política contraditória em suas ações, pois ao mesmo tempo em que busca uma solução à complexa realidade enfrentada pela ocupação desordenada dessas áreas, legitima-se uma política de associação entre o mercado imobiliário e Estado. A este respeito, Santana (1988, p.83) afirma,

O que mais chama a atenção, relativamente à participação dos profissionais, é que a maioria dos que assinam a responsabilidade técnica pelos projetos mantinham vínculo empregatício com a Prefeitura. Isso revela uma associação do mercado imobiliário com o Estado, através de uma aliança tácita, onde o próprio responsável pela aprovação do projeto na Prefeitura é o responsável técnico pelo projeto e pela execução da obra. Nesse caso fica garantido ao empreendedor que o projeto 'não terá dificuldades de ser aprovado na instância competente [...]. Essa situação compromete de maneira definitiva a isenção do Estado enquanto agente regulador do processo de produção do espaço urbano.

Segundo Souza (1991, p. 41) “o SPU ligado ao Ministério da Fazenda através de sua Delegacia Regional, durante muito tempo emitiu certificados de ocupação dessas

áreas. Os beneficiários em sua maioria eram as grandes indústrias e os grandes proprietários fundiários”. Este documento fornecia ao morador um título de inscrição de ocupação ao qual possibilitava ao solicitante o direito de ocupar tal área. No certificado constava o nome do solicitante, bem como alguns dos seus direitos e obrigações. Ao morador portador desta Certidão, era cobrada uma taxa anual pela ocupação do local. Estes títulos eram fornecidos à pessoas físicas, geralmente carentes (MOSER, 1993).

Não somente pessoas físicas carentes reivindicavam a posse dessas áreas, grandes empresários também compunham os interessados. A exemplo do exposto, a Cerâmica Kaesemodel entra na justiça para reintegração de posse contra 480 famílias que ocupam áreas de mangue que na maioria obtinham certidões emitidas pelo SPU.

A respeito dessas certidões, o proprietário da cerâmica Hertz Kaesemodel afirma que o documento não é verídico e que ele possui documentos que comprovam que as terras fazem parte do patrimônio de sua empresa. Segundo Kaesemodel “existem registros desde 1900 que mostram que os terrenos, num total de 750 mil m², nunca pertenceram a União, os adquiri em 1970 da cerâmica Jarituba” (AN, 1995, p. 9).

A respeito dessa certidão que comprova o pertencimento da área a Hertz Kaesemodel, o delegado do SPU afirma que apesar de possuir “documento de posse daquela área de 468.144 m² dentro do mangue, tudo continua pertencendo a União e uma escritura sem anuência da União não tem valor. O que prevalece é o privilégio de posse da União” (DC, 1989, p. 9).

A autorização pelo Poder Público mediante a emissão de certificado para instalação tanto de pessoas físicas como jurídicas em APP pertencentes à União, se encerra numa política contraditória. A este respeito, Gert Roland Fischer argumenta em matéria publicada no jornal AN (1987) argumenta;

O governo federal pratica nos mangues uma política contraditória. De um lado através do SPU permite o aterro do mangue, inscrevem ocupantes e cobra taxas

mínimas de quem se instala nessas áreas de preservação permanente [...] Os mangues são patrimônio imobiliário da união e patrimônio ecológico nacional (Lei 4.771 art. 2º e a lei 6.938 de 31 de agosto de 81). Por incrível que pareça a Caixa Econômica Federal (CEF) financia projetos de aterro hidráulico em diversos mangues da costa brasileira, dentre os quais o do Boa Vista e Fátima; ambos localizados na Baía de São Francisco do Sul, em Santa Catarina.

Corroborando com a ideia supracitada, Osmar Schopping em matéria do **Jornal Extra** (1987) alerta que não adianta criar planos de ação para conter ocupação nos mangues enquanto a lei da Marinha que concede licença para as pessoas morarem no Mangue continuar existindo, esta lei existe desde 1851.

Conforme Tebaldi (2008) no estudo socioeconômico realizado pela Secretaria de Bem-Estar Social (SBES) em 1986 revela que 60,3% dos moradores das áreas de mangue tinham seu lote legalizado junto aos órgãos competentes da marinha. Outra questão levantada foi o que os motivou a residir em áreas de mangue. As respostas variaram; 69% dos entrevistados afirmaram que receberam sugestões de terceiros, 32,1% vieram influenciados por amigos; 23,5% por parentes; 11,8% por estranhos, 1,3% por imobiliárias e 0,3% receberam sugestões de políticos. Dos entrevistados, 32% responderam que foram residir no mangue por conta própria.

Os motivadores, aparentemente bem sucedidos profissionalmente, serviam de referência para os moradores no seu local de origem, bem como representavam um canal mediador entre a “desesperança do trabalho no campo e a expectativa de melhorar de vida na cidade, onde, orgulhosamente, as chaminés não paravam de crescer, e que possuía a maior indústria de ferro maleável e a maior companhia fabricante de PVC, da América Latina” (NIEHUES, 2000, p. 81).

No que se refere aos fatores que estimulam a ocupação de áreas de manguezais, Na tese defendida por Cristofolini (2012) expresso no Quadro 3, o autor elenca 11 fatores principais:

Quadro 3: Fatores que estimulam a ocupação das áreas de manguezais.

	Fatores	Justificativa
1	Falta de consciência ambiental	Desconhecimento tanto da população migrante como daqueles que estimularam a migração quanto à importância dos manguezais para a preservação das espécies e o equilíbrio do ecossistema.
2	Negligência do Estado	Ausência do Estado numa política habitacional adequada e incapacidade de ofertar moradia aos trabalhadores atraídos pela indústria.
3	Descumprimento das Leis Ambientais	Desrespeito às leis de âmbito Federal e municipal, a saber: Código Florestal Brasileiro de 1965, do Plano Urbanístico de 1965, do Plano Diretor de 197 e do Plano de Estruturação Urbana de 1987.
4	Ausência de fiscalização dos órgãos públicos	Devido ao limitado número de fiscais, os órgãos públicos - IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), Polícia Florestal, FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e a FUNDEMA (Fundação Municipal do Meio Ambiente) - acabam não realizando as devidas fiscalizações a defesa e proteção do meio ambiente.
5	Preservação negligenciada	Por serem pertencentes à União (terras de Marinha) os manguezais acabaram tendo sua preservação negligenciada pela sociedade e o Poder Público.
6	Priorização do crescimento econômico	Governo e sociedade capitalista legitimam a priorização do crescimento econômico na medida em que estimulam a vinda de mão de obra de outros locais em detrimento do social e ambiental.
7	Condição social dos trabalhadores	Especialmente dos migrantes estimulados pela oferta de empregos na indústria local.
8	Interesses público-privados atrelados ao capital econômico industrial	Atramento visto como responsável pela expansão econômica da cidade e sua consequente favelização e depredação do patrimônio natural.
9	Atuação imobiliária sem controle do Poder Público	Participação e envolvimento de promotores imobiliários na realização de aterros e loteamentos das áreas de manguezal.
10	Expansão da indústria	Êxodo rural e política de substituição de importações.
11	Necessidade de espaço	Aumento populacional ocasionado pela migração leva a necessidade de locais para abrigar indústrias e famílias dos trabalhadores.

Fonte: Tabela organizada pela autora com base em Cristofolini (2012).

A situação de ocupação de área de mangue começou a se mostrar como um problema merecendo atenção por parte de vários segmentos da comunidade joinvillense, tais como: Associação Comercial e Industrial, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Joinville (CDDHJ) e setores da Igreja Católica que criaram a Pastoral dos mangues de Joinville. “Os interesses destes setores variavam desde a preocupação com o turismo, com a criação de favelas na cidade, com futuros problemas em nível de

criminalidade, até com a degradação ambiental e com as condições de vida daquela população” (SILVEIRA, 1994, p. 42)”.

A vinda dos migrantes a Joinville tomou uma proporção desenfreada. A cada dia, mais e mais pessoas chegavam à cidade. O problema se alastrava, necessitava-se de mão de obras, mas em contrapartida, as áreas de manguezais estavam sendo antropizadas e destruídas, a insalubridade do local era vetor de diversas patologias, conflitos hodiernos nas diversas relações estabelecidas.

A instalação dos migrantes em áreas de mangue trouxe consequências graves à saúde da população. Surtos de meningite, cólera, disenterias, leptospirose, infecção alimentar, alta taxa de mortalidade infantil, dentre outras. Segundo Tebaldi (2008) as crianças brincavam em meio ao lodaçal, faziam os caranguejos de carrinho (Figura 5).

Para fazer suas necessidades orgânicas, utilizavam as “patentes”⁴ ou faziam diretamente no mangue, era bastante comum entre as crianças. Cada palafita tinha anexa sua patente (Figura 6), algumas adaptavam um “puxadinho”⁵ onde criavam galinhas, porcos, cabritos etc. Ao encontro do enunciado, em matéria veiculada sobre a favela dos Espinheiros e agravo na saúde dos migrantes dentre os quais a maioria das vítimas é crianças, Adilson Borges (1981) retrata que “com muito maior frequência estão as crianças que andam pelo terreiro descalças, passando seja por onde for: sobre as fezes dos menores, que defecam em qualquer lugar no quintal, claro que inocentemente; ou por sobre as fezes dos cachorros ou de galinhas (AN,1981)”.

⁴ Construto rudimentar, de madeira, medindo aproximadamente 1x1m.

⁵ Projeção longitudinal da cobertura da casa.

Figura 5: Crianças brincando em lodaçal



(Tebaldi, 2008, p.159).

No que se refere à insalubridade apresentada pelo manguezal, Tebaldi (2008, p.2) afirma que “10% das crianças dessas áreas morriam vitimadas principalmente por doenças veiculadas a má qualidade de água, como verminoses e diarreias, além de doenças bronco pulmonares provocadas pela umidade no período de baixas temperaturas”. Em matéria veiculada no jornal A NOTÍCIA (1981), o laboratorista que realizou exames na população residente no bairro Espinheiros tece o seguinte comentário; “A barriga desse pessoal mais parece um zoológico” referindo-se aos parasitas intestinais diagnosticados no exame. Em relação ao tratamento afirma que “se

fossem agora levados medicamentos contra vermes para aquele povo, eles teriam apenas um efeito paliativo, pois é preciso ensinar essa gente a lavar as mãos, a calçar sapatos ou chinelos, campanha que deveria partir da saúde pública (AN, 1981, s/p).

Figura 6: Patente - construto rudimentar de madeira



(Tebaldi, 2008, p. 147).

Dois anos após essa reportagem pouco se fez para melhorar a saúde dessa população. Em visita ao bairro Espinheiros no ano de 1993, o vereador João Luiz (1981) relata que não há ruas, nem saneamento básico, ou qualquer tipo de infraestrutura. Tanto o lixo quanto restos fecais são jogados a céu aberto. Quando ocorrem cheias provocadas pelas marés, as águas invadem as casas tudo se mistura tornando-se vetor de doenças (AN, 1981). Desprovidos de saneamento básico, esta situação, agravou o

estado de saúde da população. Não havia serviço de saúde próximo, o que os levava muitas vezes, a automedicação (MOSER, 1993).

Este cenário urgia intervenção. Referenciando ao problema da invasão de área de mangue o prefeito na época Wittich Freitag (1984) afirma que devido às condições sub-humanas apresentadas pelos manguezais, estamos criando uma sub-raça que dificilmente poderá ser útil à sociedade (JOINVILLE DIA-A-DIA,1984).

Novamente observa-se o discurso pejorativo para com aqueles que vieram construir a cidade. Ou seja, ora necessário, ora descartável, pois enquanto sub-raça se configura inútil e desnecessário, tornando-se apenas um problema para o poder público.

Devido à situação vivenciada pelo migrante e a pressão social para que medidas fossem tomadas "o poder público municipal foi levado a se comprometer com as áreas de mangue ocupadas de maneira imprópria para a habitação, através de um plano de urbanização e regularização destas áreas e da proteção das áreas de mangue ainda não ocupadas" (MARTINS, 1988, p. 65).

Com objetivo de frear o avanço populacional migrante e sua conseqüente instalação nas áreas de manguezais, o Poder Público Municipal tomou uma série de mecanismos de controle na tentativa de sanar a problemática gerada pela vinda destas pessoas, muitas delas, incentivadas pelo próprio poder público. Articula-se então, o Projeto de Urbanização das Áreas de Manguezais.

2 PROJETO MANGUE: ESTRATÉGIAS DE PODER E MECANISMOS DE CONTROLES

O fenômeno humano da industrialização provoca profundas alterações socioespaciais, acelerando a urbanização, êxodo rural, exploração e utilização dos recursos naturais. Devido ao intenso fluxo migratório intensificado, momento histórico que provocou uma nova configuração socioespacial de Joinville a partir da década de 1970. Portanto, há que se considerar que não somente a paisagem urbana ganha novos contornos, mas a cultura em diversos aspectos se transforma, no sentido que, um contingente populacional diverso passa a conviver e dinamizar relações.

O contingente populacional que migrava de diversas regiões em busca de trabalho, encontrou em Joinville um lugar que lhe permitisse depositar suas aspirações (ROCHA, 1997). No transcorrer das décadas de 1970 e 1980, a oferta de emprego no setor fabril em ascensão, foi um atrativo aos migrantes. Joinville se transforma e passa a exigir nova conformação da paisagem urbana. Neste contexto, faz-se necessário articular um projeto que tangencie a complexidade apresentada pelo desenvolvimento industrial, inchaço da periferia e a conseqüente favelização que se anuncia.

O projeto de urbanização conhecido como Trabalho de Urbanização das Áreas Mangue, foi desenvolvido e executado em duas etapas. Iniciou em 1986, durante a primeira gestão do prefeito Wittich Freitag, conceituado empresário local, um dos sócios fundadores do Grupo CONSUL, teve seqüência com Luiz Gomes - sucessor de Freitag, e foi concluído em 1996 quando Freitag foi novamente eleito prefeito da cidade (MOSER, 1993). Este período decenal aqui considerado é para marcar a atuação do engenheiro sanitário Marco Antônio Tebaldi coordenador do Projeto Mangue; há que se considerar, que antes de 1986 o Poder Público já desenvolvia políticas de urbanização do manguezal, porém, não será aqui abordado.

Embora referenciado pelo autor quando de seu registro em livro em 2008 “como uma experiência singular, exitosa e inovadora”, sem referências para norteá-las, merecedora

de selos e representante único em evento internacional, o Projeto Mangue figura em si, quando de uma leitura crítica, um instrumento de poder que reflete “discursos e verdades” na domesticação de corpos dóceis, gestão populacional auto-regulável, práticas criminosas previstas em leis com a permissividade, consentimento e estímulo do Estado de várias ordens.

As questões anunciadas serão abordadas tal qual figura as fontes e problematizadas à luz de Foucault.

2.1 Projeto de urbanização das áreas de manguezais: 1ª fase

A análise dos levantamentos realizados nas áreas de manguezais invadidas, decidiu-se retificar o rio Cachoeira e de alguns de seus afluentes (Itaum, Comprido e Varador) através de draga flutuante de sucção. O material oriundo desta etapa seria utilizado para aterro das áreas de mangues. A proposta foi enviada ao Ministro do Interior e ao Secretário da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando recursos. Conseguiu-se também através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) a draga para realização do serviço. Após novos levantamentos socioeconômicos e topográficos foi realizada no bairro Fátima, em 15 de junho de 1985, uma assembleia geral para apresentação da proposta de urbanização. O aterro hidráulico foi iniciado em outubro de 1985 e, no primeiro semestre do ano de 1986, procedeu-se então a obras de terraplanagem, arruamento e relocação de casas (TEBALDI, 2008).

Nesta primeira ação do Projeto, essencialmente em prática contraditória ao pressuposto, evidencia-se claramente o consentimento e apoio do Poder Público.

A primeira etapa do projeto iniciou-se no bairro Fátima com a criação de 227 lotes atendendo a 200 famílias. Segundo Moser (1993, p. 140) “por se tratar de áreas pertencentes à União Federal, a Prefeitura de Joinville necessitava acionar o seu

controle a fim de iniciar o trabalho de urbanização”. Este controle foi solicitado ao SPU, que em 1987 repassou 192.387 m² de áreas de mangue localizadas no bairro Fátima na forma de controle de cessão sob regime de aforamento. Neste repasse o outorgante cedente seria a União e como outorgado cessionário o município de Joinville (MARTINS, 1989).

Havia nesta fase de execução do projeto acirramento dos ânimos devido a diversas externalidades, falta de material de construção, manutenção da draga, material para aterro de baixa qualidade, instabilidade do clima somado a lentidão do processo pela falta de recursos humanos. Esta situação levou em 28 de junho de 1987 a invasão em massa no bairro Fátima (TEBALDI, 2008).

A respeito desta invasão a inoperância da PMJ para contê-la, Martins (1989, p. 68) argumenta que a prefeitura não teve condições de impedir, pois dispunha de poucos fiscais e a ocupação ocorreu em um final de semana quando não havia trabalhos na área. “Desta maneira, com a ocupação da área sem que os lotes estivessem ainda demarcados, ocorreu a implantação de habitações em locais indevidos, onde seriam ruas e mesmo onde as dimensões dos lotes seriam outras”. Desta forma, passaram a existir mais 457 lotes além dos 227 previstos, pois ocuparam lotes sobre áreas previstas para uso comunitário e para o sistema de tratamento de esgoto.

A invasão no bairro Fátima contou com apoio de algumas instituições. A respeito da invasão em massa e sua liderança veicula-se a seguinte matéria:

A invasão do mangue ao bairro Fátima por 30 famílias sem terra liderada pela associação de moradores e com apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Pastoral da terra e Pastoral Operária, os moradores erguiam no local além das barracas e cabanas, faixas e cartazes com dizeres alusivos ao direito de posse da terra ocupada. Há quase dois anos que estamos aguardando uma resposta da prefeitura para podermos ocupar o mangue definitivamente, pois esta área nos foi cedida pela Marinha (AN, 1987, p.5).

De acordo com Martins (1989), no segundo semestre de 1986 na segunda etapa da primeira fase do projeto iniciam-se as obras no Bairro Boa Vista. O projeto previa a

criação de 700 lotes além dos 450 já existentes e ocupados. Aos moldes de como ocorreu no Fátima, os lotes foram ocupados sem que a prefeitura conseguisse evitar.

As ações acerca da problemática das ocupações irregulares nos bairros Fátima e Boa Vista foram coordenadas pela SBES em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Secretaria de Obras e Viação. Como consequência das invasões do Fátima e Boa Vista, no ano de 1987 a PMJ decide pela paralisação total do projeto, retirando sob proteção policial o material de construção estocado que estava sendo saqueado (TEBALDI, 2008).

A retirada do material ocorreu de forma tensa. Um forte esquema policial foi montado às 5 horas da manhã para impedir novas invasões de mangue e retirada de material de construção devido a denúncias de que esses seriam saqueados no final de semana. Conforme matéria veiculada:

Segundo Adélio Gonzaga - presidente da associação dos moradores do bairro Fátima - os policiais bateram em alguns moradores que estavam no meio da rua para impedir a passagem de caminhões com o material. Segundo ele, os funcionários da prefeitura também agrediam os moradores [...] Ester Lauriano da Silva de 20 anos, confirmou que foi jogada dentro de uma vala de esgoto com o filho de 8 meses pelo chefe de serviço de segurança da prefeitura. Lourival Paulo Reitz, de 25 anos e Justino Martins de 39, também disseram que foram agredidos a golpes de cassetetes pelos policiais. Este fato que foi “desmentido” pelo tenente que comandou a operação, dizendo que a missão da tropa de choque foi a de salvaguardar a integridade física dos funcionários da prefeitura e evitar depredação do patrimônio público (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1987, p.14).

Frente a esta situação vivenciada pelos moradores da área de mangue, o Partido dos Trabalhadores (PT) distribuiu nota à imprensa repudiando com veemência a forma como foi executada a medida e acusando a PMJ de ter pisoteado na dignidade dos moradores. A respeito da argumentação de ameaças de saqueamento de materiais de construção o CDDHJ afirma terem os moradores, através de uma comissão, por diversas vezes se manifestado pela intocabilidade e pela segurança do depósito (AN, 1987).

Conforme argumentou Tebaldi, em entrevista concedida a (ZERGER, 2015); esta primeira fase do projeto foi marcada por insucessos, descrédito e tensões. No que se refere aos insucessos da primeira fase de implantação do Projeto e nos novos direcionamentos tomados na reestruturação do mesmo, Tebaldi teceu o seguinte comentário,

A primeira etapa do projeto eu acho que a prefeitura pecou quando ela prometeu muita coisa, a gente sabe que o Poder Público não tem condição de fazer tudo e aí eles ofereceram casa e isso não deu resultado. Na segunda fase quando nós assumimos, nós mudamos um pouco o objetivo, a filosofia do projeto, então a participação da comunidade seria mais efetiva, eles participariam mais, eles teriam que dar a contribuição deles, não só o poder público (MOSER, 1993, p. 143), (ZERGER, 2015).

A nova filosofia, passa a ser a busca do envolvimento maciço da comunidade migrante em todas as etapas da execução do Projeto.

2.2 Projeto de urbanização das áreas de manguezais: 2ª fase

Frente aos problemas vivenciados que ocasionaram a paralisação do Projeto em 1987, em 1988 o Núcleo de Bacias Hidrográficas (NBH) assumiu a coordenação. Com intuito de frear a ocupação das áreas de manguezais, a prefeitura de Joinville criou em 1986, um grupo de estudo constituído por equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, engenheiros, sociólogos e arquitetos coordenados por Marco Antônio Tebaldi, que planejou, elaborou e executou o Projeto de Preservação dos Mangues e a remanescente Urbanização das áreas ocupadas (TEBALDI, 2008).

A partir do levantamento socioeconômico realizado pela prefeitura, a primeira ação foi tentar tirar as famílias do mangue e transferi-las para um loteamento novo no Bairro Vila Nova. Porém, devido aos vários anos de ocupação, foi se formando uma comunidade coesa e integrada aos bairros limítrofes. Os pais moravam próximos ao

trabalho e as crianças estavam matriculadas em escolas da região, assim, a retirada dessas pessoas tornou-se uma missão difícil.

Em pesquisa realizada no bairro Fátima, 98% dos moradores afirmaram que gostariam de continuar ali. Concluiu-se que, se aquelas famílias saíssem, outras invadiriam o local. A prioridade passou a ser conter a invasão (TEBALDI, 2008).

Não havia situação semelhante para servir como referência. Portanto, qualquer ação efetivada teria que ser original. A falta de casos semelhantes para nortear as ações, fez com que os executores e articuladores se sentissem autorizados a tal prática, ainda que controversa. Não obstante, orgulham-se de seus feitos, sendo estes pioneiros. Pensou-se num primeiro momento numa cerca de contenção, ideia descartada pela facilidade de ser derrubada. Surge então a ideia de barreira física de contenção através da abertura de um canal artificial (Figura 7). Esta solução, porém, seria assumir a perda da parcela de mangue então ocupada (TEBALDI, 2008).

Embasados nas experiências anteriores, conhecendo os limites e possibilidades de atuação, o Projeto de Urbanização assume novas características e passa a se intitular: **Programa Integrado de Urbanização das Favelas Localizadas nas Áreas de Manguzais de Joinville e de Preservação do Meio Ambiente** e previa diversas ações na esfera social.

Alicerçados na nova filosofia que buscava nortear as ações articuladas entre a PMJ e a comunidade “fomos para o mangue organizando uma série de reuniões onde identificamos lideranças para nos ajudar na execução do projeto. Não havia organização comunitária, e logo foram formadas, com nosso apoio, 26 organizações de moradores de mangue” (TEBALDI, 2008, p.19). Essas associações foram de extrema importância para a efetivação do Projeto. Através delas se organizava a comunidade facilitando o diálogo entre os técnicos da PMJ e população, bem como funcionavam como os “olhos” da prefeitura para conter novas invasões.

De acordo com a entrevista concedida a autora, esta estratégia foi determinante, “pois passaram a assumir suas responsabilidades, deixando somente de cobrar ações da PMJ” (ZERGER, 2015).

Figura 7: Canal artificial dividindo a área invadida da área preservada



(Tebaldi 2008, p. 182).

A Figura 7 mostra o canal artificial construído dividindo a porção de mangue urbanizado da área intocada. Muito do sucesso alcançado na efetivação do projeto, deve-se aos aspectos culturais do migrante. Referente a esses aspectos e os

compromissos assumidos em parceria entre PMJ e comunidade Tebaldi, (2008, p. 60/61) afirma,

O aspecto positivo dessas famílias é que tinham a sua cultura, não a educacional, mas uma cultura familiar, comportamental. Eram pessoas que tinham vindo do interior, especialmente da lavoura, da agricultura, traziam uma ética interiorana, um brio, valores que foram essenciais para o êxito do Projeto Mangue [...] Esses aspectos foram importantes para mobilizar a comunidade. Em vez de chegar oferecendo água, luz, esgoto e casa nova de graça, fazia-se uma proposta de parceria em que os moradores ajudariam na organização. Eles próprios construiriam suas casas [...] Foi assumido o seguinte compromisso: a prefeitura só entraria com água, luz e aterro depois que a comunidade retirasse a casa [...] O Poder Público não desapropriou nenhuma casa, esse era o acordo e o projeto só teve êxito por causa disso.

Em outras palavras conforme Foucault, corpos dóceis e frágeis. Facilmente manipuláveis passíveis de assimilações do discurso que se quer impor.

O projeto, agora norteado com nova filosofia, foi enviado à Brasília com intuito de captar recursos para sua implantação, recebendo aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Conforme consta neste Programa Integrado,

A Prefeitura elaborou este projeto, com o grande objetivo social e comunitário de erradicar o favelismo e implantar a ocupação disciplinada, acompanhada da infraestrutura indispensável, como água, luz, arruamento, esgoto, escolas, creches e postos de saúde. O projeto em andamento visa não somente criar amplas condições de melhorar a existência de milhares de pessoas, mas também procura defender e preservar a integridade do sistema ecológico dos manguezais ainda livres da presença humana (PMJ, 1989, p.8).

As ações do poder público e das indústrias na formatação do espaço e do ser, pode ser compreendida no limiar disciplinar e biopolítico enunciado por Foucault. A disciplinarização dos corpos no espaço e seu contingente a ser assistido, passam a ser alvo de decisões e estratégias políticas.

A este respeito Silva (2006) argumentou que foi no universo humano que essas transformações de poder fizeram-se sentir com mais intensidade. Pois nesta articulação dos poderes do capital, o homem assume uma nova função econômica, passa de servo do rei a mão de obra na indústria capitalista. “É nesse sentido que a vida humana se torna o centro de interesse do poder, por isso torna-se necessário estudá-la, dominá-la e recriá-la de forma a atender os novos interesses econômicos e políticos em formação” (SILVA, 2006 p. 82).

Esse projeto, pautado em nova filosofia, em parte, emergiu pelo fato do próprio poder público ver-se “pressionado pelas indústrias, que necessitavam de migrantes para ampliar seu quadro de mão de obras, bem como dos trabalhadores que ingressavam na cidade sem disporem recursos para aquisição de uma casa em um lugar condizente” (CRISTOFOLINI, 2012 p. 257).

Este projeto abrangeu vários bairros de Joinville. O Quadro 4 a seguir, apresenta a área de abrangência do Projeto – bairros: Boa Vista, Comasa, Espinheiros, Fátima, Jardim Iririú e Aventureiro, com seus respectivos limites. O quadro foi elaborado com base no livro Projeto Mangue

Quadro 4: Área de abrangência e limites do Projeto Mangue.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	LIMITES
Boa Vista	Limita-se, ao Sul, com o canal de contenção; a Leste, com a indústria de Fundação Tupy; ao Norte, com a Rua Albano Schimidt; e a Oeste, com a Rua Emílio Petry.
Comasa	Inicia-se com a confluência do rio Guachanduva segue pela linha do perímetro urbano no sentido horário, pelas Ruas Walter Karmann, Prefeito Baltazar Buschle, Albano Schimidt, Dr: Júlio de Mesquita Filho, Itapoá e pelo rio Guachanduva até o ponto inicial. Total: ,9 km ² .
Espinheiros	Limita-se, ao Sul, pela Rua Baltazar Buschle; a Oeste, pela Rua Albano Schimidt; ao Norte pelas Ruas Morretes e Telemaco Borba, e, a Leste pelo canal interceptor, com área de aproximadamente 5 hectares.
Fátima	Limita-se, ao Sul com a Rua Monsenhor Gercino; a Oeste, com a Rua Teresópolis; ao Norte com o canal de contenção das invasões; e, a Leste, com

	o Conjunto Ademar Garcia.
Jardim Iririú	Limita-se ao Sul, pela ocupação dos Espinheiros; a Oeste pelas Ruas cegonhas e Tuiuti; ao Norte pelas Ruas Ivan Rodrigues e Guaíra; e, a Leste, pelo Canal, com área aproximadamente de 405 hectares.
Aventureiro	Limita-se, ao Sul, pela ocupação do iririú; a Oeste, pela Rua Tuiuti; ao Norte, pela Avenida Santos Dumont; e, a Leste, pelo canal, totalizando uma área aproximada de 465 hectares.

Tabela organizada pela autora com base no livro Projeto Mangue (TEBALDI, 2008, p.96).

Conforme Tebaldi (2008, p. 40/41/42) o projeto de reurbanização das áreas invadidas idealizado pela Prefeitura Municipal de Joinville apresentava as seguintes características:

- a) Assentar as famílias de baixa renda em seus respectivos lotes de acordo com os critérios estabelecidos pela prefeitura municipal, tais como; renda familiar, constituição de família e tempo de residência em Joinville;
- b) Demarcar todas as quadras e lotes, visando uma reurbanização adequada;
- c) Definir a rede viária da região adequando-a malha já existente, possibilitando a integração do transporte coletivo, bem como a interação social entre os diversos núcleos ocupados, dotar estas áreas de sistemas coletores de drenagem pluvial, evitando assim o problema das valas a céu aberto;
- d) Implantar sistemas de esgoto sanitário com rede coletora, transporte e tratamento final;
- e) Dotar a área de espaços públicos, praças etc.; realizar ações nas área de promoção e proteção da saúde materno-infantil (0-7 anos), prioritariamente através do estabelecimento de programa de construção de creches e pré-escola;
- f) Ações na área de atendimento à saúde;
- g) Integrar ações conjuntas entre o poder público e a iniciativa privada, notadamente as indústrias próximas às áreas beneficiadas visando sua participação efetiva na construção ou manutenção de escolas e creches;
- h) Estimular a convivência comunitária e coesão social das áreas do projeto, através de ações de caráter educacional, produtivo e de organização; promover ações que

contribuíssem na redução dos problemas e conflitos sociais existentes nas áreas do projeto.

A segunda etapa do Projeto de Urbanização foi marcada principalmente por ações dirigidas para o bairro Espinheiros. O projeto previa obras também em outros bairros, porém as ações que marcaram o início foram desenvolvidas na Vila Paranaense (MOSER, 1993).

O nome “Vila Paranaense”, localidade do bairro Espinheiros, se deve ao fato dos migrantes serem oriundos na maioria do Paraná em decorrência do declínio da atividade cafeeira. As fazendas produtoras de café tinham vilas rurais com toda estrutura necessária, no entanto, com a queda da atividade, estas estruturas viravam “vilas fantasmas” e os ocupantes migravam para outros centros em busca de trabalho. Diante disso, conclui-se a razão do nome do bairro “Vila Paranaense” (TEBALDI, 2008).

Esta segunda fase marcada por dificuldades, desconfianças e angústias vivenciadas tanto pelos moradores quanto pelos técnicos do órgão público. Havia muito descrédito por parte dos moradores, pelas promessas não cumpridas. Pelo fato de as obras da segunda etapa iniciar em ano eleitoral - 1988 - muitos associavam a especulações políticas, acreditando que passadas as eleições cessariam as obras (MOSER, 1993). Esse descrédito foi superado com muito trabalho e estratégias. Segundo Tebaldi “Prometíamos que entregaríamos numa data, mas sabíamos da possibilidade de antecipação e fazíamos uso disto”. Com isso, ganhamos a credibilidade dos moradores (ZERGER, 2015).

Uma vez concluído, o projeto seria considerado o maior empreendimento do gênero no Brasil e virou tema de um selo nacional lançado pelos Correios e Telégrafos. Seria o único representante de Santa Catarina na Eco-92, sendo considerado “um exemplo de proteção ao meio ambiente e promoção social com resultados positivos e benefícios permanentes para o homem e a natureza” (TEBALDI, 2008, p.45).

A afirmativa supracitada é questionada por diversos ambientalistas. O Projeto Mangue em diversos trabalhos desenvolvidos e nos meios de comunicação é alvo de críticas, pois suprime 5% da parcela de mangue considerado área de preservação permanente (APP) e patrimônio cultural natural.

As iniciativas contempladas no projeto de urbanização foram reconhecidas pelo Governo Federal, que transferiu terras pertencentes à União ao Município bem como recursos financeiros para dar continuidade ao Projeto, que posteriormente repassou aos ocupantes cadastrados, sobre critérios pré-estabelecidos, a um valor mensal de 10% do salário mínimo por um prazo de 60 meses. Conforme matéria veiculada no jornal A Notícia “no próximo dia 11 será entregue simbolicamente pela ministra da economia Zélia Cardoso de Mello os primeiro 5 mil títulos de posse das famílias assentadas numa área 1,2 milhões de m², passando terras da marinha ao município” (AN, 1991, s/p).

Dados a participação do Governo Federal na execução do Projeto, em 27 de setembro de 1991, o Presidente da República Fernando Collor de Melo, veio a Joinville para conhecer o Projeto Mangue e assinar convênios (TEBALDI, 2008).

A execução do projeto de reurbanização não resolveu o problema do déficit habitacional em Joinville, pois se tratava apenas de medidas paliativas, dentro da conjuntura problemática em que se instalavam os imigrantes - falta de emprego nas cidades de origem, moradia, baixos salários ofertados pelas indústrias locais somados ao sentimento de inferioridade pela condição de invasor - uma vez que o objetivo do Projeto de Reurbanização não implica na realização de uma política habitacional para o município.

Ao encontro do que afirma Niehues (1999), em matéria veiculada no jornal A NOTÍCIA (1985) durante um seminário que ocorreu na Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ), o Secretário de Planejamento José Carlos Vieira ao discorrer sobre o Projeto de Urbanização que se encontrava em início de implantação, lembrou que não se trata de uma solução definitiva, “o que estamos fazendo hoje é um paliativo, ou seja,

é melhorar as condições daquela população que realmente vive em condições subumanas”.

2.3 Relações sociais e segregação socioambiental

A formação da sociedade, o desenvolvimento econômico e a ocupação de manguezais não acontecem de maneira interdependente. “Qualquer território habitado será sempre um complexo, passível de recorte para uma análise mais aprofundada” (CRISTOFOLINI, 2012, p. 47).

No contexto da ocupação das áreas de mangue em Joinville figuravam intrínsecos os interesses das indústrias, que necessitavam de braços para o seu desenvolvimento, bem como o suprimento de necessidades básicas dos migrantes que ansiavam melhores condições de vida depositando em Joinville suas aspirações. Sobre a ocupação do espaço Cristofolini (2012, p.24) entende que ele “nunca é ocupado de modo simplesmente natural e indiferente. O ser humano ocupa os espaços com intenções que visam a determinados benefícios pessoais”.

Toda aquela região de manguezal ocupada irregularmente pelos migrantes, em decorrência de um desenvolvimento industrial assentado nos interesses capitalistas, estava isolada fisicamente pelo mangue e geograficamente pela distância, bem como do resto da cidade pela sua condição de área invadida. Este isolamento criou uma divisão simbólica e concreta ao desenvolvimento dos migrantes, bem como gerou sentimento de rejeição em relação ao povo joinvillense. “Final eram forasteiros, ocupantes ilegais de áreas públicas de preservação ambiental e criavam para a coletividade um problema social do qual ninguém se orgulhava” (TEBALDI, 2008, p. 59).

O sentimento de rejeição dos migrantes em relação aos joinvillenses se justificava pelo fato de serem considerados forasteiros depredadores do Patrimônio Natural. As condições de vida eram ainda agravadas pelo estigma em torno da violência e da má

conduta dos migrantes paranaenses. “A distância do centro da cidade, o aspecto das moradias, a ausência de infraestrutura urbana, e, principalmente, o perfil dos moradores da área, criava condições propícias à marginalização daquela população” (SOUZA, 2007, p. 68).

A vinda desses migrantes a Joinville apresentou grande importância para a cidade em um período de desenvolvimento industrial. Apesar disto, o orgulho que normalmente permearia entre aqueles que participaram do crescimento da cidade, não figurava entre eles, pelas condições que se apresentavam e por atribuições pejorativas que recebiam (TEBALDI, 2008).

O desenvolvimento econômico e industrial de Joinville ocorreu desarticulado das questões sociais e ambientais. O meio ambiente foi degradado à custa deste desenvolvimento, a periferia cresceu e a sociedade - em especial os migrantes - foram vitimados e segregados a toda sorte pelos reflexos desta emergência. Havia nesses cenários interesses diversos e, nas ações articuladas, clara primazia a atender interesses econômicos. Sendo assim, a segregação socioespacial, “tornou-se um indicativo revelador do descaso praticado para com o homem e a natureza, sobre os quais se assentam as bases da economia” (CRISTOFOLINI, 2012, p. 254).

A respeito das ações desenvolvidas pelo Poder Público e a sobreposição dos interesses econômicos aos sociais e ambientais, Cristofolini, (2012, p. 69) argumenta,

Embora o Poder Público busque a ampliação da infraestrutura urbana no espaço da cidade, ainda assim se demonstra incapaz de conter a degradação da natureza e a segregação socioespacial. A destruição de áreas de manguezais revela a sobreposição dos interesses econômicos imediatistas, especialmente da parte dos líderes políticos que deveriam encaminhar soluções para conter esse processo. Dessa forma, para que os interesses favoreçam o desenvolvimento sustentável, necessita-se promover a articulação entre homem, sociedade e natureza, do contrário os problemas socioambientais tendem a se agravar fortemente.

Possuidores de uma cultura agrícola, com práticas voltadas para o campo, ao se instalarem nas áreas de mangue, passaram a conviver com um contingente populacional diverso, e muitas vezes muito diferente daqueles de sua terra de origem. No início, buscavam agrupar-se por similitudes, mas, como a invasão era constante, formou-se um grupo heterogêneo no que tange a cultura em seus diversos aspectos. O que os assemelhavam, além do ambiente físico, era e a necessidade de garantir subsistência à família e o sentimento de transitoriedade. Logo, o mundo do trabalho ofertado pela indústria, foi outro fator que os aproximaram (TEBALDI, 2008).

As similitudes entre os ocupantes de áreas de mangue os tornavam solidários entre si. Em contextos de ocupações irregulares prevalece o princípio de que “quando tudo é de todos, todos somos iguais e se for preciso tirar uma tábuca da minha casa para colocar na tua eu tiro” Tebaldi (2008, p. 69). Após a delimitação com a posse efetiva do lote, o comportamento solidário mudava, revelando um comportamento humano padrão. Referente a esta mudança de postura frente ao sentimento de propriedade, Luiz Gomes (1990), prefeito de Joinville na época (1989/1992) assinala,

No projeto que nós desenvolvemos no mangue eu aprendi uma coisa quando os caras invadem uma área que não é de ninguém aí vem o pai e o filho e diz coloca dois paus aí e puxa uma lona. Aí vem um irmão ou um amigo fraterno e o espírito de solidariedade funciona muito entre as pessoas pobres. E muito forte. Mas quando a gente diz olha cara o terreno é teu, a escritura está aqui, cuida da tua propriedade [...] isso desperta no homem um sentimento de propriedade, que é inato na natureza humana e o cara defende aquilo na ponta da faca [...] Se você deixa invadir uma área comum, o espírito de solidariedade transforma aquilo numa favela (DIÁRIO CATARINENSE, 1990).

A adaptação à realidade local era muito rápida, vinham com uma cultura diferente, “cultura de roceiros acostumados à lida na agricultura, com terras férteis onde sempre cultivavam gêneros de primeira necessidade para sua subsistência [...] aqueles homens e mulheres nunca tinham trabalhado de empregado na vida”, no entanto, adaptavam-se

à nova realidade rapidamente, incorporando as condições de vida, de moradia e de trabalho Tebaldi, (2008, p. 63).

Apesar das similaridades que garantia boa convivência entre as famílias, havia também conflitos. Após o clima tenso vivenciado em 1987 com a presença da polícia quando da invasão em massa no bairro Fátima, o conflito passa a ser entre os próprios moradores que estão divididos em dois grupos: Os cadastrados e os não cadastrados. Confirmando o enunciado, em matéria veiculada no jornal A NOTÍCIA (1987) relata que além dos problemas de falta de infraestrutura os moradores começam a enfrentar outros problemas, “a invasão de pessoas que não estão cadastradas na secretaria de bem estar social, que simplesmente chegam ao mangue e começam a brigar por um pedaço de terra” (AN, 1987, p,5). O conflito se amplia entre as pessoas cadastradas e as não cadastradas que julgam os não autorizados de intrusos e invasores.

A relação entre os executores do Projeto Mangue e dos ocupantes de áreas irregulares transitou do descontentamento e descrédito para um clima harmonioso. Conforme Tebaldi, não se podia se ausentar por muito tempo daquela população. Bastavam poucos dias para que opositores do projeto plantassem a dúvida e a discórdia e o trabalho e a confiança conquistada sofressem abalos (TEBALDI, 2008).

Por esta razão, preferiu-se manter a contínua presença naquela área. Os técnicos da PMJ participavam de tudo, bailes, torneios, festas, competições, até mesmo casamentos eles realizaram, até que tudo estivesse alicerçado e os encontros pudessem ser mais espaçados (ZERGER, 2015).

Esta estratégia articulada de permanente presença foi fundamental para manter os propósitos dos articuladores do projeto e por extensão, a assimilação dos corpos frágeis do discurso que ser que lhes impor e perpetuar como verdade.

De acordo com Cristofolini (2012, p. 244), antes da urbanização, o espaço do manguezal caracterizava-se por um espaço de segregação socioespacial, pois além dos constantes alagamentos e mau cheiro, havia “presença de lixo e esgoto a céu aberto,

insetos, cobras, ratos, falta de saneamento básico, energia elétrica, telefonia fixa, postos de saúde, creche e escolas, propiciando a propagação de pragas e doenças entre a população residente”. Com a reurbanização, estes fatores foram minimizados.

Uma questão que permanece e inquieta é porque se optou por manter o migrante em zonas insalubres a transferi-los a outros locais que apresentassem condições de habitação? A afirmativa de falta de recursos somados a opção dos migrantes pelo querer manter-se em áreas de manguezais dadas as redes já formadas são fatores passíveis de questionamentos.

O Projeto Mangue foi oneroso. De acordo com Tebaldi (2008) consumiu no decênio de sua execução um montante de 15 milhões de dólares, uma quantia significativa considerando que se tratava de 10 mil famílias. Não seriam possíveis alternativas? Conforme Bourscheidt (1993) em trabalho intitulado “O cadastro técnico multifinalitário aplicado ao planejamento urbano: estudo da expansão urbana na cidade de Joinville”, o custo por lote urbanizado tornou-se três vezes mais caro do que lotes em outras áreas periféricas do município. A razão é que na periferia de Joinville existem várias áreas passíveis de loteamentos populares.

Partindo de uma análise ainda que permeada de fragilidades e inconclusiva, percebe-se que havia sim intrínseco interesse em manter migrantes em área de preservação permanente. O valor ambiental não figurava com primazia mesmo havendo Leis que assegurassem a preservação. Importava sim o desenvolvimento econômico da cidade, ainda que desarticulado de valores ambientais. Questões sobre racionalidade de custo ambiental será mais amplamente abordada no capítulo 3.

Em matéria veiculada sobre carência habitacional, ocupações de áreas públicas e lotes disponíveis para habitação, discorre-se que “Joinville possui uma carência real de mais de 20 mil habitações e ao mesmo tempo 26 mil terrenos baldios com infraestrutura completa na região urbana da cidade, são mantidos intactos, visando à especulação financeira” (AN, 1987, p. 14). O fato de a PMJ alegar não contar com um orçamento suficiente para a aquisição de outra área somada a pressão imobiliária local sobre o órgão público, “tiveram peso maior na decisão tomada, e a administração decidiu pela

permanência das famílias nos manguezais, iniciando um trabalho de urbanização (SILVEIRA, 1994 p. 41/42)” decretando definitivamente a “morte” das áreas ocupadas, bem como suprimindo parte desse ecossistema que se encontrava intocado sobre alegações de que o traçado do canal deveria seguir mais ou menos reto, e que áreas seriam necessárias para criação de áreas públicas (MOSER, 1993).

Com base no exposto, se não é lícito afirmar, cabe-nos ao menos o questionamento da possível intencionalidade de manter os migrantes em áreas de manguezais, ainda que a custos mais altos se comparados a outras áreas da cidade. Para além dos custos do Projeto, há ainda os danos irreversíveis ocasionados ao meio ambiente pela desarticulação entre os interesses econômicos ao desenvolvimento sustentável que “é fundado em bases tecnológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa (LEFF, 1999, p, 120)”. A este respeito entende-se que se por um lado a mecanização do campo e a industrialização das cidades aumentaram a produtividade, por outro, ocasionaram transformação socioespacial sem precedentes, intensificando a corrente migratória, que acabou resultando em concentração de capital nas mãos de poucos e degradação da natureza (CRISTOFOLINI, 2012).

À medida que se institucionaliza o Projeto de Reurbanização das áreas de mangue, caminha-se para a consolidação do poder condicionado. “Os moradores passaram a aceitar as condutas impostas, pois já foram conquistados pela crença de que a submissão à organização institucional é a ordem natural das coisas (NIEHUES, 1999 p.35). Nesse contexto, Foucault lembra que se o poder só tivesse a função de repressão, se agisse apenas por meio de “censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo” (FOUCAULT, 1984, p.148). Nesse sentido, é pertinente a análise feita por Cristofolini (2012, p. 262) onde argumenta que:

A contenção da segregação socioespacial e da degradação da natureza, decorre da pressão que as condições sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais impõem, e resulta em benefícios para a cidade e à sociedade como um todo. Nesse sentido, percebe-se a atuação do Estado e governantes no

encaminhamento dessa demanda política. Para que isso ocorra, antes do agravamento das condições socioambientais, requer-se a conscientização e a participação de todos nas decisões envolvendo a configuração socioespacial da cidade. No centro da análise desse problema encontra-se o homem e ao seu entorno a natureza que lhe possibilita a sobrevivência, a qual cada vez mais parece se encaminhar ao esgotamento.

Embora as ações desenvolvidas pelo Poder Público venham em parte sanar a problemática das ocupações irregulares de área de manguezais as “cicatrices” deixadas testemunham as relações estabelecidas, e ainda que tenda ao esquecimento, estas perduram no tempo.

A partir da década de 1990, o cenário político e econômico ganha novos contornos. Frente às mudanças conjunturais, o desemprego começou a tomar conta de Joinville. No entanto, a cidade continuou recebendo diariamente migrantes que desembarcavam na rodoviária, esperançosos em melhorar a qualidade de vida. Referente à contínua migração a Joinville mesmo em contexto de crise e diminuição da oferta de emprego, o Jornal Extra (1984, p. 4) veicula a seguinte matéria:

A explicação para toda essa massa que chega a Joinville e fica a perambular pela cidade, muitos pedindo esmola, está no fato de que Joinville tem fora do estado grande fama de empregadora, ainda. Há alguns anos, ônibus eram fretados para trazer trabalhadores de outras regiões, já que faltava mão de obra no município. Agora o cenário é totalmente diferente. Mas a boa fama continua, e homens desempregados com suas respectivas famílias ainda acreditam na perspectiva de emprego fácil e juntam dinheiro apenas suficiente para chegar à cidade. E só aqui veem que a situação mudou drasticamente.

Diante do novo cenário, os migrantes que desestimulados pelo campo depositaram em Joinville suas aspirações de melhorarem de vida, deparam-se com a dura realidade: são “excluídos da roça, seduzidos pela cidade e excluídos da fábrica, esses migrantes perderam toda e qualquer referência e noções de direitos, restando a conformidade de acreditar que se tratava de um fracasso pessoal por força de “destino” (NIEHUES, 2000, p. 115)”.

O Projeto de Urbanização das áreas mangue é visto por muitos como “ousado”, no sentido que trilha caminhos curvos frente ao que determina a legislação ambiental. Por parte de alguns ambientalistas é percebido como um projeto “criminoso” pela política contraditória estabelecida sob o consentimento do Estado. Para muitos migrantes que aqui se instalaram o Projeto “garantiu” melhorar em muitos aspectos a qualidade de vida. Para o Poder Público significou um desafio com saldo positivo. Como fruto de sua execução, apesar dos transtornos urbanísticos enfrentados pelos fluxos migratórios, Joinville é uma cidade onde a favelização não se consolidou. Diversos são os olhares e as possibilidades de problematização e análise.

O referido Projeto partia de alguns mecanismos de controle na tentativa de sanar a problemática gerada pela vinda destas pessoas, muitas delas, incentivadas pelo próprio Poder Público. A saber: construção de canal artificial dividindo a área de mangue já urbanizada da área ainda preservada; reurbanização da área invadida através de estabelecimento uma política habitacional conjunta entre prefeitura e moradores com transferência definitiva do lote aos migrantes; criação de associações de moradores, vigilância, através da confiança conquistada pelo Poder Público os moradores de mangue passam a ser os “olhos” da prefeitura contra novas invasões e medidas socioeducativas aliadas às anteriores.

Nosso propósito é compreender dentre os mecanismos de controle articulados pelo Poder Público na política de urbanização efetivada, o que de fato foi determinante para a não ocupação/reocupação das áreas de mangue. Estas questões serão abordadas a partir da releitura de fontes orais produzidas em outras obras analisadas e discutidas com a literatura pertinente.

Em Joinville o cenário muda, o clima de prosperidade que outrora aspirava e encorajava à mudanças, passa a desolar frente a nova conjuntura (TEBALDI, 2008).

A partir da década de 1990, o setor industrial de Joinville entra numa fase de estagnação, e alguns setores, sofrem regressão na atividade produtiva passando a

desenvolver outros setores, a saber, turismo e cultura. Na medida em que ocorrem mudanças na esfera econômica do município, ocorre inversão do discurso efetivado pelo poder público e, passam a proferir em diversos meios: “não venham a Joinville, que o emprego acabou”, criam o programa de volta às origens - onde também disponibilizavam transporte para o retorno -, e anúncios nos meios de comunicação, inclusive trouxeram uma jornalista do Paraná para fazer uma reportagem mostrando a situação e a dura realidade vivenciada pelo migrante (TEBALDI, 2008).

Este “direito” de interferir na vida alheia e encorajar a população a uma nova dinâmica, se justifica frente à conjuntura econômica de mudança no setor produtivo que deixou a mercê famílias várias em condições subumanas. Como em Joinville o cenário econômico era provedor e necessitava de braços, o poder público se julgou qualificados para estimular a vinda do migrante a qualquer custo, ainda que não houvesse condições mínimas de absorvê-los. Conforme Foucault, (1970 p. 37) “Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.

Dentre as estratégias utilizadas pelo poder público no intuito de cessar as ocupações irregulares em áreas de manguezais, buscou-se aliar as demais ações articuladas como mecanismos de contenção, projetos de Educação Ambiental, cujas abordagens emergiam em escala crescente. Para isso, promoviam-se palestras bem como desenvolvia-se concursos cujo tema central eram questões de ordem ecológica (TEBALDI, 2008).

A partir da década de 1970, inicia-se a nível mundial as discussões acerca da Educação Ambiental. Em uma dessas conferências realizadas - Eco 92 – na qual o Projeto Mangue foi o único representante de Santa Catarina - e o coordenador do projeto, Marco Antônio Tebaldi, estava “temeroso” pela repercussão, já que houve supressão de 5% de área de mangue consideradas patrimônio natural. Para seu “alívio” - como o mesmo relata - um alemão o procurou ao final da apresentação e lhes disse: “onde há pobreza não pode haver preservação ambiental” (Tebaldi, 2008, p.18). Vinte

anos de caminhada no que tange o discurso da educação ambiental, o Projeto Mangue se efetiva a partir de supressão de área protegida e recebe das mãos do presidente do Rotary Internacional, Sr. Clifford Dochterman, a comenda *Preserve Planet Earth*, e, apesar de várias críticas, é visto como ousado, na medida em que caminha contrário a legislação, - e justifica que foi esse caminhar, essa perda de parcela de mangue que garantiu preservação da área intocada (TEBALDI, 2008).

Partindo dessa premissa, percebe-se que a prática estabelecida percorre caminhos curvos frente ao discurso emergente no tocante a preservação ambiental. Havia desejo em preservar a área de mangue, emergiam tecnologias de poder se efetivando em legislações de preservação. Porém, o discurso e sua efetivação tomados pelo poder público, imbuído em seu estatuto de verdade, busca sua liberdade à medida que trilha outro percurso. Nas palavras de Foucault;

O discurso verdadeiro, que é a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 1979 p. 20).

No livro “**Projeto Mangue**”, o autor descreve a ação da prefeitura durante todo processo que durou uma década, porém não explica qual ação realmente foi efetiva para o sucesso do projeto. De acordo com o autor, Tebaldi, (2008, p. 21 e 59): “O ponto fundamental do sucesso do projeto, o que de fato conteve as invasões, foi a transferência da posse dos lotes para os moradores [...] Hoje não restam dúvidas: se não tivesse sido feito o canal, a ocupação estaria lá dentro da Baía”.

Neste sentido, as interpretações discursivas permitem analisar as lacunas geradas, motivando-nos a buscar elucidações que permeiem o projeto na sua complexidade, tais como: o discurso empregado pelo autor, estabelecer as séries diversas, divergentes e não autônoma compreendendo as razões de sua presença. Pois de acordo com (Foucault, 1970 p. 56).

Certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado; mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento. É para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição.

Antes da urbanização, a área do manguezal apresentava-se como um espaço de segregação socioespacial. Pois: “caracterizava-se por constantes alagamentos, mau cheiro, presença de lixo e esgoto a céu aberto [...] propiciando a propagação de pragas e doenças entre a população residente” (CRISTOFOLINI, 2012, p. 244).

A política de urbanização desenvolvida tinha como alvo o controle sanitário da população. Na medida em que eram os braços na indústria e a força motriz para o crescimento da cidade, fazia-se necessário desenvolver medidas de controle social para minimizar o impacto negativo na saúde do migrante. Pois, “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1984, p. 80).

A partir do século XVIII, já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social. Passou-se então, a aplicabilidade de dados estatístico referente à população e, a partir destes, promover ações de governamentalidade. Inclusive, extrapolava-se essas análises do indivíduo a aspectos não econômicos, como casamento, lazer, tempo destinado à convivência familiar, fato este que Foucault questiona: “Em que medida é legítimo e fecundo aplicar a grade o modelo do *homo oeconomicus* a todo ator não só

econômico, mas social em geral a áreas que não são imediatas da economia” (FOUCAULT, 2008, p. 366).

A partir da discussão acerca da gestão da população, emerge o conceito da *Biopolítica* - abordada pela primeira vez em 1974 em uma conferência no Rio de Janeiro sobre o Nascimento da Medicina Social publicada em 1977 (FOUCAULT, 2008).

Assim a publicação de o *Nascimento da Biopolítica* em 1978/1979, a pesquisa de Foucault toma nova direção. Busca analisar as novas formas de controle biopolítico, segundo eixos da economia de mercado, influenciado pelo neoliberalismo econômico onde o homem passa a ser compreendido na perspectiva do *homo oeconomicus* - como surgido no século XVIII, é aquele que obedece ao seu interesse, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, agente influenciado que procura responder as exigências de mercado. Neste sentido, “é preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 64). As ações dentro dessa nova racionalidade passam a ser o controle dos indivíduos e da população, tal como elas se dão nas modernas economias de mercado.

A área de manguezal que por ser APP não deveria ser antropizado passa a ser percebido e planejado aos moldes disciplinar e biopolítico, pois ampara sujeitos oriundos da crise econômica que os desbancaram em suas cidades de origem. Este planejamento, cujas ações estão expostas no projeto mangue, tangencia também a saúde do migrante que passa a ser alvo de ações do poder público.

A situação de insalubridade, apresentada pela antropização do manguezal, e, conseqüentemente o agravo na saúde dos migrantes bem como as políticas públicas investidas para redução das questões elencadas, podem ser compreendidas a partir do conceito de Medicina Social exaustivamente abordada por Foucault, em “**Microfísica do Poder**” (1984).

2.4 Medicina social

De acordo com Foucault (1984), a Medicina Social pode ser reconstruída, *grosso modo*, em três etapas: **Medicina de Estado** – se desenvolveu, sobretudo na Alemanha, no começo do século XVIII, como uma prática médica efetivamente focada na melhoria do nível de saúde da população; **Medicina Urbana** – representada pelo exemplo da França, onde, em fins do século XVIII, aparece uma **Medicina Social** centrada na problemática da urbanização e finalmente, **Medicina dos Pobres**, da força de trabalho, portanto o operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último.

A exemplo da política de urbanização desenvolvida na área de ocupação dos migrantes em Joinville, nas décadas de 1970 e 1980 podemos identificar, permeando a tática do poder, elementos das três etapas de reconstrução da Medicina Social. Pois, a partir do projeto de urbanização, melhorias foram destinadas para a, habitação e saneamento, e estas medidas reduziram o agravamento da situação elevando a saúde do migrante. Assim, podemos inferir, que houve melhorias no nível de saúde da população que vieram compor o índice habitacional de Joinville.

O município de Joinville, considerado como o 13º município entre os 500 mais desenvolvidos do Brasil, bem como maior polo industrial do Estado de Santa Catarina, vivenciou a partir da década de 1970 uma fase plena de expansão industrial e transações comerciais. Razão pela qual, como já abordado, recrutou nos arredores operários para suprir a carência de mão de obra no trabalho nas indústrias. Esta ação porém, não vem acompanhada na mesma proporção de condições mínimas de qualidade de vida, principalmente em termos de habitação, pois, áreas impróprias e insalubres foram ocupadas. Esta ocupação desordenada demarcou a cidade a uma condição de favelização. Urgia a intervenção estatal. Não houve remoção da população migrante para outras áreas, neste sentido, a unidade ocupada, clamava por organização.

No que tange a organização do espaço ocupado, suas estratégias econômicas e sociais torna-se possível inferir a partir de uma leitura crítica que a cidade foi dividida mantendo à margem aqueles que não são genuinamente joinvillenses. Esta inferência encontra aporte nas abordagens de Foucault, quando tratou do início da organização sócio espacial da França.

Esta organização conforme Foucault;

Na segunda metade do século XVIII, sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente [...] E isso por várias razões. Em primeiro lugar, certamente, por razões econômicas - na medida em que a cidade se torna um importante lugar de mercado que unifica as relações comerciais -. A indústria nascente, o fato de que a cidade não é somente um lugar de mercado, mas um lugar de produção faz com que se recorra a mecanismos de regulação homogêneos e coerentes. A segunda razão é política. O desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre que vai tornar-se, no século XIX, o proletariado, aumentará as tensões políticas no interior da cidade. As relações entre diferentes pequenos grupos-corporações, ofícios, etc.-, que se opunham uns aos outros [...] As chamadas revoltas de subsistência. (FOUCAULT, 1984, p. 86).

O mangue é um ecossistema de extrema importância. É fonte de subsistência à populações ribeirinhas, funciona como filtro entre ecossistemas aquáticos e terrestres, é berço de várias espécies tanto aquáticas quanto marinhas. A introdução antrópica nestes ambientes altera consideravelmente sua dinâmica. Torna o lugar insalubre, veículo de diversas patologias e impróprio à sobrevivência. Replanejar o espaço de mangue tendo também como foco a saúde do migrante tornando o espaço habitável e os corpos sadios para atender a indústria, passa a ser estratégico. A inserção da equipe diretora do projeto no contexto insalubre foi fundamental para compreender a dinâmica estabelecida entre o corpo social e o estado das coisas refletido nesses corpos.

Compreender, portanto, o meio em que o corpo social está inserido, os efeitos deste meio sobre o organismo, e, finalmente análise do próprio organismo, passaram a ser objeto de estudo da Medicina Social. Com a constituição da medicina científica, aparece

uma noção que terá considerável significação para a medicina social: a noção de salubridade. A respeito do conceito,

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível [...] A noção de higiene pública é correlativa a concepção de salubridade, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade é o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde (FOUCAULT, 1984, p. 93).

A terceira direção da Medicina Social pode ser sucintamente analisada através do exemplo inglês. A medicina dos pobres, da força de trabalho. De acordo com Foucault (1984, p. 94) “os pobres, na medida em que faziam parte da paisagem urbana - como os esgotos e a canalização -, não podiam ser vistos como um perigo funcionava no interior da cidade como uma condição da existência urbana”. A percepção de perigo atribuída à pobreza surgiu somente no segundo terço do século XIX, por três razões principais: “Razão política; dispensa de serviços prestados e o surto de cólera de 1832” (FOUCAULT, 1984).

Joinville necessitava de mão de obra para o desenvolvimento industrial da cidade, assim sendo, a partir de uma analogia à utilidade do pobre enquanto segmento da paisagem urbana -, seria ingênuo pensar que as ações destinadas a reduzir o agravamento da saúde do migrante, ocorriam nos moldes da Alemanha, para elevar o nível de saúde da população. Manter a população sadia, era garantia de força de trabalho para a indústria, torná-los mais aptos ao trabalho, e, na medida em que se instalavam e foram mantidos à margem da cidade, garantia o “isolamento” do restante da cidade, não disseminando as patologias adquiridas no local insalubre onde residiam. A exemplo do exposto “aparece, no século XIX e, sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas” (FOUCAULT, 1984, p. 97).

Considerando um primeiro levantamento realizado pela prefeitura em 1983, cerca de dez mil famílias migraram para Joinville entre 1976 a 1986, ou aproximadamente 50 mil pessoas. Nos dez anos - tempo que durou a execução do projeto - a viabilização do projeto mangue foi muito oneroso, consumiu cerca de 15 milhões de dólares, 90% de fontes externas, a fundo perdido (TEBALDI, 2008).

Neste sentido, havia possibilidade de remoção do migrante para outras áreas de Joinville que fossem legalizadas e oferecessem condições mínimas de subsistência. Fato que não ocorreu, mas ao contrário, foi preferível mantê-los em áreas insalubres, à margem da cidade, nem que para isso, uma parcela do patrimônio natural fosse comprometida.

Havia intencionalidade por parte do poder público em manter esta divisão sócio espacial? Manter a visão germânica da colonização e de segregação? Podemos tentar visualizar/compreender este arguir, estabelecendo analogias ao exilamento do leproso e a reclusão dos acometidos da peste que não traziam consigo um sonho político “um é de uma comunidade pura e o outro de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer o poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas” (FOUCAULT, 1987, p.164).

Outro fator passível de análise e analogia foi o que se desenvolveu na Inglaterra em torno do surto de cólera em 1832 que começou em Paris e se propagou por toda a Europa. Cristalizou em torno da população proletária ou plebeia uma série de medos políticos e sanitários. A partir dessa época, se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. “A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres” (FOUCAULT, 1984, p. 94).

Para viabilização do projeto de urbanização da área de mangue, e torná-lo possível de efetivação, foi necessário o envolvimento direto dos migrantes. A prefeitura entrava com a infraestrutura, mas a remoção ou construção de novas residências ficava a cargo do próprio migrante. Estratégia esta considerada fundamental pelo poder público

para o sucesso do projeto. Enquanto a prefeitura assumia todo o processo, havia muitas críticas, o que acabava atrasando o processo de execução (TEBALDI, 2008).

De acordo com Tebaldi (2008, p. 19) “Nossa estratégia, desde o início, foi buscar o envolvimento da comunidade para viabilizar o projeto”. A equipe diretiva organizou uma série de reuniões, onde identificaram lideranças, e com apoio destas, vinte e seis organizações de moradores de mangue foram criadas.

Identificar as lideranças e posteriormente organizar a comunidade em associações foi extremamente positivo enquanto estratégia de governo, pois, garantia a segurança dos coordenadores do projeto - que muitas vezes se aproveitavam daqueles considerados à margem da sociedade⁶ - bem como viabilizava que os próprios moradores do mangue fossem os olhos da prefeitura, além de auxiliá-los na execução prática do mesmo. Delegar poderes não oriundos do centro (estado) e sim de micropoderes arredores sendo através dos próprios migrantes ou das organizações por eles criadas, foi extremamente importante. A este respeito Foucault, (1979, p. 182) considera;

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.

Ainda a respeito de delegar poderes sem este ter fonte única no poder estatal, e considerando o amplo espectro que este deve atravessar no corpo social, Foucault, (2008 p. 122) afirma;

⁶ Pessoas irascíveis, que já tinham cometido homicídios.

Situar o problema em termos de Estado significa continuar situando-o em termos de soberano e soberania, o que quer dizer, em termos de Direito. Descrever todos esses fenômenos do poder como dependentes do aparato estatal significa compreendê-los como essencialmente repressivos: o exército como poder de morte, polícia e justiça como instâncias punitivas, etc. Eu não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder, e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. Em dois sentidos: em primeiro lugar, por que o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia, etc.

Quanto a participação da comunidade na contenção de novas invasões e relocação de casas, Tebaldi, (2008, p. 20, 53 e 73) discorre:

Nesse momento, o que falou mais alto foram as associações de moradores, que fizeram uma verdadeira faxina. Os mal-intencionados foram afastados. As associações designaram forças-tarefas para fiscalizar a área 24 horas por dia, com a ajuda de uma viatura da polícia militar [...] Os moradores ligavam pedindo ajuda para a prefeitura íamos com a polícia, mas foram esporádicos [...] Havia quem tivesse cometido homicídios, [...]. Mas, também, eram justos, acabavam protegendo a gente, quando um terreno estava pronto para determinada pessoa e vinha um de fora e invadia, eles nos ajudavam a tirá-lo.

O discurso empregado pelo então executor do projeto foi extremamente infeliz e pejorativo quando considerado o sentido denotativo do termo faxina. Se reportar àqueles que outrora os serviram, como algo descartável, impróprio ao convívio e incutir este discurso aos que se encontravam na mesma situação anteriormente fazendo-os assumir a fiscalização e controle, foi estratégico.

Esta estratégia utilizada de constante vigília, onde os próprios moradores se auto regulavam, pode ser compreendida a partir do conceito de panoptismo - termo criado por Foucault ao se utilizar da noção do panóptico concebida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham. Para Bentham a noção do panóptico se encerra no plano físico, arquitetural,

num prédio ou torre central que servisse para um sistema de cerceamento e controle daqueles que estão nele inseridos (FOUCAULT, 1987).

Na medida em que se criam as associações de moradores, busca-se uma organização social com objetivos de minimizar a “indisciplina” gerada por grande parte dos migrantes que se mostravam insatisfeitos. Com esta organização, muito das reivindicações foram formalizadas e muitos dos conflitos sufocados/abafados. Os moradores tinham consciência que estavam permanentemente sendo observados, porém, como várias pessoas compunham o corpo organizacional das associações, não sabiam quem os vigiavam. É o que Foucault exprime em “o poder visível e inverificável”. Para Foucault (1987, p. 166) “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais, que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente [...] a visibilidade é uma armadilha”. Ainda de acordo com Foucault:

O panóptico deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens [...] é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico [...] é um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica [...] cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos, o esquema panóptico poderá ser utilizado (FOUCAULT, 1987 p. 169/170).

De acordo com Niehues (1999), a institucionalização e a ocupação das áreas de mangue foi palco de conflitos, manipulação e submissão de uma classe trabalhadora em detrimento de um poder estabelecido e que se perpetua sob os auspícios da estratégia capitalista.

Frente aos conflitos vivenciados ocasionados por vários condicionantes externos - falta de habitação, saneamento, emprego, baixos salários, segurança, saúde, incerteza da posse efetiva do lote somada ao sentimento de rejeição por boa parte da população joinvillense pela condição de invasor e destruidor do mangue, houve, em muitos casos, resistência por parte do migrante nos direcionamentos tomados pela prefeitura na

política de urbanização. Neste momento, o poder de polícia juntamente com o olhar das associações fez-se presente.

2.5 Poder de Polícia

Na medida em que o diálogo entre os executores do projeto e os moradores da área de mangue não se mostravam suficientes para acalmar os conflitos hodiernos, eram necessários realizar demolições forçadas e muitas vezes o acionamento da polícia. Segundo Tebaldi, (2008, p. 58, 99 e 100):

Também tivemos alguns casos isolados de resistência por parte do invasor, levando a demolições forçadas [...] Em 1993, o pedreiro Raulino Pedroso, teve sua casa derrubada, na presença de seus dois filhos, enquanto acompanhava sua mulher grávida na maternidade. É claro que poderia ter tido outro encaminhamento, foi um único caso em tal extensão, num processo que durou dez anos, envolvia uma logística complexa.

O acionamento de força policial visava impedir as desordens que se estabelecia nas relações diversas na área de ocupação. Os conflitos entre os moradores, a apropriação de um lote por um “novo invasor” eram motivos para chamar reforço policial. A polícia agia muitas vezes de maneira violenta, aos moldes modernos de sua instituição, cuja atribuição visava “impedir as desordens [...] a noção de polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo” (FOUCAULT, 2008, p. 476).

A função da polícia é abordada por Foucault, no livro intitulado: “**Segurança, Território e População**” (2008), nas duas últimas aulas - 29 de março e 05 de abril de 1978 - ministradas no Collège de France. Foucault trata no transcorrer dessas aulas,

sobre a genealogia do Estado e a transição da função da polícia na mudança da governabilidade.

De acordo com Foucault, entre os séculos XV e XVI, chamava-se polícia “simplesmente uma forma de comunidade ou de associação [...] é o resultado positivo e valorizado de um bom governo”. A partir do século XVII, vai se chamar polícia o “conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem” (FOUCAULT, 2008, p. 420/421).

Buscando elucidar a função da polícia entre os séculos XV a XVII, O autor cita dois teórico que tratam a temática: Turquet de Mayern, que diz em 1611, “tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor a cidade” - é disso que a polícia deve se ocupar”. Outro teórico que referencia, Hohenthal, que em 1776, retoma a definição tradicional: “aceito a definição dos que chamam de polícia os conjuntos dos meios que servem ao esplendor de todo Estado e a felicidade de todos os cidadãos” (FOUCAULT, 2008, p. 421/422).

Na arte de governar centrada na razão de Estado entre os séculos XV e XVII, a polícia tinha por função: conhecer a quantidade dos cidadãos; suprir a necessidade da vida; controle das epidemias; zelar pela atividade - trabalho - dos pobres válidos; e a circulação dos produtos oriundos da atividade dos homens. O que vai constituir o objeto fundamental de regulação da polícia “são todas as formas, digamos, de coexistência dos homens uns em relação aos outros” (FOUCAULT, 2008, p. 437). A polícia era um instrumento cuja função era fazer crescer as forças do Estado.

Partindo desta premissa, se fazia necessário conhecer a própria força estatal, bem como as dos demais Estados. Surge como fundamento base destes conhecimentos a ciência estatística, que permite estabelecer os dados quanto à população, exército, recursos naturais, produção, comércio, circulação monetária. “A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia [...]

a estatística é o saber do Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados” (FOUCAULT, 2008, p. 424).

Constitui objeto fundamental de ação da polícia todas as formas de coexistência dos homens uns em relação aos outros, de forma que possam bem viver e viver em felicidade. Os mecanismos de articulação dessas forças são abordadas de maneira sintética em Foucault;

A polícia deve assegurar-se de que os homens vivam, e vivam em grande número, e que eles tenham de que viver [...] mas deve assegurar-se ao mesmo tempo de que tudo o que, em sua atividade, pode ir além dessa pura e simples subsistência, de que tudo isso vá, de fato, ser produzido, distribuído, repartido, posto em circulação de tal maneira que o Estado possa tirar efetivamente daí sua força [...] a polícia é o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao aumento das forças de Estado [...] A polícia deve ser capaz de articular, uma com a outra, a força do Estado e a felicidade dos indivíduos. [...] fazer da felicidade dos homens a própria força do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 438/439).

Há certa articulação entre razão de Estado e privilégio urbano, e neste sentido, um vínculo fundamental entre a polícia e o primado da mercadoria. E é na medida em que houve essa relação, que o viver e o melhor que viver, que o ser e o bem-estar dos indivíduos tornaram-se efetivamente pertinentes para a intervenção do governo. Comércio, cidade, regulamentação, disciplina - “creio serem esses os regulamentos mais característicos na prática de polícia, tal como era entendida nesse século XVII e na primeira metade do século XVIII” (FOUCAULT, 2008, p. 459).

Este Estado de polícia, por sua vez provoca mudanças na esfera social, o que refletem na forma de governamentalidade, reunidas nas quatro teses em Foucault, (2008, p. 460 a 465). São elas: Fisiocratas, Tese do preço justo, Liberdade do comércio e naturalidade da sociedade.

Para os fisiocratas a terra se apresenta como objeto privilegiado da intervenção governamental. É “Considerada como uma crítica severa a toda regulamentação administrativa pela qual se exercia o poder do soberano sobre a economia, porém acrescentavam que, considerando que o território inteiro é propriedade ou copropriedade do soberano, deve-se justificar o imposto” (FOUCAULT, 2008 p. 387). Na tese do preço justo - questiona a instrumentação principal do sistema de polícia, população não constitui em si um bem - valor relativo da população; Na tese da liberdade do comércio entre os países argumenta-se a respeito da concorrência entre os particulares e seus reflexos na economia.

Com o crescimento da economia, os economistas inventaram uma nova arte de governar e, por conseguinte novas formas de racionalidade ao Estado. A partir desta nova arte de governar, emergindo como domínio de saber e de intervenção, centrada na razão de Estado sobre os domínios da economia, surge o conceito (4ª tese) de naturalidade da sociedade. Esta naturalidade não é concebida como processos da própria natureza, mas uma naturalidade específica às relações dos homens quando eles coabitam, quando estão juntos, quando intercambiam, quando trabalhando produzem. Esta sociedade emergente como campo específico de naturalidade própria do homem, produto e o resultado do Estado, é o que se chamará de sociedade civil. “A sociedade civil é o que o pensamento governamental, as novas formas de governamentalidade nascida no século XVIII fazem surgir como correlativo necessário do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 470).

Nesta nova racionalidade de governo, a ação Estatal passa por uma dinâmica interna em seus objetivos fundamentais de governabilidade. Os mecanismos de segurança ou a intervenção são essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população.

Foucault (2008, p. 470 a 474) tece algumas considerações desta nova arte de governar. São eles: O Estado tem a seu encargo uma sociedade civil, e deve assegurar

sua gestão; Racionalidade científica - reivindicada pelos economistas do século XVIII; A população como relativa e específica - relativa aos salários, as possibilidades de trabalho, aos preços, mas também específicas em dois sentidos: a população tem suas próprias leis de transformação, de deslocamento, e é submetida a processos naturais tanto quanto a própria riqueza; A população como coleção de súditos é substituída pela população como conjunto de fenômenos naturais, sendo necessário reestruturar sua forma de regulamentação.

O Estado, nessa nova forma de governabilidade, vai ter como princípio fundamental, respeitar esses processos naturais, ou em todo caso levá-los em conta, fazê-los agir ou agir com eles. Vai ser preciso manipular, suscitar, facilitar, gerir e não mais regulamentar. Essa gestão terá essencialmente por objetivo, não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, ou também fazer regulações, que possibilitem as regulações naturais. Vai ser preciso, portanto, enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, arbitrária, cega, não os faça desviar. Ou seja, vai ser preciso instituir os mecanismos de segurança.

Um dos problemas da racionalidade econômica de acordo com Foucault é a ausência ou a impossibilidade de um soberano econômico, é esse problema que será finalmente colocado em toda a Europa e em todo mundo moderno pelas práticas governamentais, pelos problemas econômicos, e pelo socialismo, pela planificação, pela economia do bem-estar (FOUCAULT, 1978/1979, p. 385). Pois;

Ao soberano espera-se ausência de poder sobre a economia, mas lhes é imputado um poder de saber, ou seja: "o quadro econômico vai proporcionar ao soberano um princípio de análise e como que um domínio de transparência em relação à totalidade do processo econômico. De sorte que o soberano deixa livre os agentes econômicos, é porque sabe, e sabe, graças ao quadro econômico, ao mesmo tempo o que acontece e como tem de acontecer. Logo, ele poderá em nome desse saber total, aceitar livre e racionalmente, ou antes, terá de aceitar pela própria necessidade da razão, do saber e da verdade, o princípio da liberdade dos agentes econômicos (FOUCAULT, 2008, p. 387).

Nessa nova governabilidade a economia é vista como um domínio de naturalidade. No entanto, se faz necessário organizar um sistema jurídico de respeito as liberdades. Terá enfim de se dotar de um instrumento de intervenção direto, mas negativo, que vai ser a polícia com função repressiva (FOUCAULT, 2008).

Neste novo cenário, centrado nos domínios da economia, a função de polícia se altera, deixa de ser regulamentadora, propulsora de crescimento da força estatal e assume uma função autoritária. Os dispositivos de segurança passam a ser regulamentados pelo Estado, permeando a naturalidade dos processos intrínsecos da dinâmica da emergente sociedade civil.

As relações estabelecidas pelos migrantes que deixaram suas terras de origem abandonando a lavoura e aventurando-se no labor fabril; todo cenário urbano desprovido do mínimo necessário à dignidade humana; as palavras proferidas pejorativamente pela condição de invasor de área pública, os conflitos que urgiu intervenção policial; a segregação socioespacial possivelmente intencional; a necessidade de organicidade civil e sua conseqüente submissão ao sistema ideológico fortemente instituído; são questões que serão problematizadas através das fontes já produzidas em outras obras que serviram de base para esta dissertação dialogadas com a bibliografia pertinente na tentativa de estabelecer um entendimento do cenário de outrora.

No capítulo que segue, trazemos como principal eixo teórico norteador Enrique Leff (2001) que em algumas de suas obras problematiza a racionalidade e o valor econômico ambiental. Enuncia o quão secundário são consideradas tais questões quando estão em jogo valores econômicos.

Suas considerações se aproximam da abordagem foucaultiana que procuramos manter no transcorrer desta dissertação. Não diferente, procederemos tal qual para o capítulo que segue onde busca-se trazer a luz o valor que se agrega ao ambiente, sendo

em muitos casos subjetivos, perpassando ou mesmo imensuráveis monetariamente, e o olhar que se preserva e se prima quando capital está em jogo e as conformações desiguais que se materializam dependendo dos atores envolvidos.

Buscaremos ainda a partir das diversas leituras realizadas propor com a entrevista efetuada pelo coordenador do projeto propor nosso questionamento sobre: qual estratégia foi efetiva para o momento que fez sanar as ocupações irregulares das áreas de manguezais. Buscou-se através da análise de fontes pesquisadas compreender de forma mais efetiva a relação estabelecida entre governo, sociedade e natureza.

3. INSUFICIÊNCIA DA IDEIA UTILITÁRIA DA SUSTENTABILIDADE: RACIONALIDADE, COMPLEXIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PODER E SUAS IMBRICAÇÕES: UM OLHAR À LUZ DE ENRIQUE LEFF E MICHEL FOUCAULT.

A apropriação de área de preservação permanente em Joinville nas décadas de 1970 e 1980– objeto desta dissertação prova do questionamento seu objetivo era atender uma demanda de mercado e para isso tanto indústrias como migrantes passaram a desenvolver-se e urbanizar os manguezais da região de Joinville sob consentimento do Estado? Questiona-se, se não seria reducionista⁷ desconsiderar a construção de saberes e verdades frente às estratégias impostas e assimiladas ao longo da história buscando culpados ou vítimas de um sistema instaurado, naturalizado?

A proposição deste capítulo busca deslindar essas complexidades. Complexo, no sentido que é envolto por conceitos amplos que necessitariam esclarecimento para melhor entendimento. Contudo, apesar de não nos atermos no desenrolar histórico do Projeto Mangue avaliado para uns como um projeto único, exitoso e ousado, para outros como criminoso. Tentaremos de forma sintética trazer à luz alguns acontecimentos que se não justificam e nos fazem refletir e ponderar sobre o que significa sustentabilidade.

Michel Foucault ao teorizar sobre corpo, população, governo, governabilidade, poder, verdade, sujeição e discurso dentre muitas questões sociais problematiza, a meu ver, a partir de cada dispositivo intrínseco à dinâmica do desenvolvimento social, proposta seguida neste trabalho. Não foi nosso objetivo apontar culpa, estimuladores, crimes ou louvores ao período e a problemática estudada, mas sim, compreender à luz de Foucault e Leff dentre outros, como se desenvolveu a trama e seus desfechos.

⁷ Reduccionismo, em filosofia, expressa uma tendência consistente em reduzir os fenômenos complexos a seus componentes mais simples e considerar estes últimos como mais fundamentais que os fenômenos complexos observados (SILBERSTEIN; MCGEEVER, 1999, p. 12).

A relação homem natureza necessita ser abordada para que possamos compreender valores. Cabe salientar que quando se verbaliza, poder, sujeição, valores, saberes, verdades dentre outros, são conceitos atravessados por subjetividades, relatividades, culturas. Conceitos estes que, contudo precisam ser “normalizados” dentro de uma política que não contempla a todos, mas que atenda à maioria. Para discutir o “saber, a racionalidade, governabilidade e ecogovernamentalidade” s conceitos estrututadores do diálogo de Foucault e de Enrique Leff.

Enrique Leff, doutor em Economia do Desenvolvimento pela Sorbonne, coordena a Rede de Formação Ambiental para a América Latina e o Caribe desde 1986, do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Leciona Ecologia Política e Políticas Ambientais na UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México).

Dentre várias publicações do autor, figura o livro: **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**, composto por 23 capítulos que se originaram em notas, exposições e escritos elaborados nos últimos dez anos. Os textos que compõe a obra foram revisados e retrabalhados, ampliados ou sintetizados para compor um caleidoscópio no qual, como ele mesmo diz: O ambiente enquanto conceito adquire novas luzes, conformações e matizes, no qual os reflexos de cada tema sobre os outros delinea novas vertentes e abrindo novos campos de aplicabilidade (LEFF, 2008)

No subtítulo do livro constam os conceitos de sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder e, em quase todos os textos retrabalhados, esta discissão reaparece. Temas como globalização, ambiente e desenvolvimento, democracia ambiental, ecologia produtiva, ética ambiental, direitos culturais, modernidade e pós-modernidade, sociologia do conhecimento e racionalidade ambiental, psicanálise, interdisciplinaridade, educação ambiental, demografia, qualidade de vida, desenvolvimento e, especialmente, a formação do saber ambiental, são discutidos na obra (BOEIRA, 2002). Eis expressos tais conceitos que embora de extrema importância para o entendimento da temática, figuram aqui sinteticamente.

Na concepção de Leff o saber ambiental, promovi uma relação entre vida e conhecimento conforme encontramos enunciado em Cargnin, (2009, p. 18);

“Prova a realidade com saberes sábios [...] que se põe a prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma restaura-se a relação entre vida e conhecimento [...] O saber ambiental mais do que uma hermenêutica do esquecimento do consabido, é uma inquietude do nunca sabido, que falta saber sobre o real, conhecimento que emerge do que ainda não é. Assim, o saber ambiental constrói novas realidades”

Para Leff conforme argumenta (FLORIANI, 2001) racionalidade ambiental e o diálogos de saberes seriam produções discursivas e práticas sociais que não teriam preocupações maiores com qualquer tipo de ruptura epistemológica ou qualquer tipo de pureza científica. Para Leff, (2008, p. 27) “a produção de conhecimento científico nunca é um campo neutro onde entram em jogo as possíveis combinações de ideias e noções ou a inserção de teorias para apreender diferentes relações de realidade”.

Neste sentido, ao refletir sobre o contexto de ocupação de áreas de manguezais questionamos em que medida se concebia o saber em vários aspectos que tangenciam a relação estabelecida visto que já existiam discussões em âmbito mundial sobre educação e preservação ambiental, leis protetivas do meio. Questiona as quais justificativas possíveis provocaram ações no sentido inverso ao que se preconizavam as leis.

Leff discute a respeito da não neutralidade do conhecimento científico e sobre a inserção de diferentes teorias para apreender realidades distintas. No entanto é perceptível que o conhecimento científico não se fez suficiente para cessar as ocupações irregulares dos mangues em Joinville. As diversas teorias a respeito da importância dos manguezais enquanto ecossistemas de transição, subsistência da população ribeirinha dentre outros que poderíamos elencar, desfez-se frente outra necessidade imediata: moradia.

Adentrando ainda mais na ineficácia do conhecimento científico e do discurso da sustentabilidade frente determinadas realidades, já está mais que evidente a intencionalidade da ocupação de um espaço que não poderia ser ocupado. Cabe salientar que a estratégia intencional partiu de atores distintos, empossados do direito de criar e executar as leis, apoiados por órgãos que deveriam por pressuposto fazer valer sua função. Contudo, o que se vislumbra, foi a transformação do espaço, a efetivação de uma estratégia ideológica facilmente observável, culpabilizando os corpos mais frágeis eximindo a responsabilidade de quem poderia ter tomado outros contornos, minimizando a culpa?

Seria possível visualizar este processo imbuído de complexidade (política, econômica, social dentre outros dispositivos), como dinâmica da própria natureza humana que ganha novos contornos e ressignifica saberes? Seria um caso passível de se verificar pelo âmbito da naturalização do processo como um todo?

Apesar de toda a complexidade que se busca para compreender as ações tomadas durante o processo, há que considerar que ao findar ocorreu uma naturalização dos assentamentos na base do interesse capitalista. Conforme Foucault (2008) o meio condiciona tanto a população quanto o mercado, dado que representa as suas condições mais gerais, ou estruturais. A figura do *homo economicus* demonstra como os indivíduos são seres governáveis por meio do controle de seu entorno.

Segundo Foucault (2008, p.128-129) os homens em das relações culturais promovem vínculos com entorno;

São os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com essas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de ou de fazer pensar. E, enfim, são os homens em suas relações com as outras coisas que podem ser os acidentes ou as calamidades como a fome, as epidemias, a morte.

Ao se observar as particularidades do Projeto Mangue percebemos uma possibilidades interpretativas. Nosso objetivo é problematizar e trazer à luz alguns elementos ainda não abordados em outros estudos sem a intenção de esgotar possibilidades interpretativas e menos ainda apontar culpas, vítimas. Mas sim, como desfecho de uma trama que se articulou, desenvolveu e se efetivou atendendo e satisfazendo uns, estendendo ou negando direitos a outros; a dinâmica da vida refletida na sociedade.

Nesta relação de encontros e hibridações de saberes e seus efeitos Leff (2008, p. 168) não nega sua importância enuncia que uma possível articulação científica não pode ser pensada como uma fusão dos objetos teóricos das ciências, mas deve sim ser entendida como:

Um efeito de conhecimento [...] onde o saber ambiental ultrapassa o campo da racionalidade científica e da objetividade teórica, de onde emergem novas estratégias conceituais. Isto propõe a revalorização de um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade.

No que se refere ao conhecimento e sua relação com poder Torrano, (2007, p.7) considera que “conhecimento como algo externo ao poder é à base da hipótese repressiva do poder, característica do poder moderno” Referindo-se ao caráter produtivo do poder, numa análise foucaultiana “identifica no termo “sujeito” uma dupla acepção: por um lado, como o assujeitado, submetido, subjugado; e, por outro, como o fundamento mesmo de todas as suas ações, consciência”.

O conhecimento e o saber provocam efeitos de verdade e, em contrapartida, jogos de verdade conferem poder a uma prática conforme argumenta Foucault (2002, p. 201) “nada pode existir como um elemento do conhecimento se, por um lado, não se conforma a uma série de regras e características constrangedoras [...], e, por outro, se não possui os efeitos da coerção”.

O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder (FOUCAULT, 2005, p. 142)”.

Ainda abordando a relação poder/saber Foucault (1987, p. 161) considera;

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porquê o serve ou aplicando-o porquê é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

3.1 A transformação homem natureza: da organicidade ao mecanicismo

Desde os primórdios o homem se relaciona com a natureza. Inimaginável pensar nossa existência independente dela. Contudo, houve grandes mudanças nessa relação principalmente a partir do século XVII com advento da modernidade.

A relação de dependência e de apropriação da natureza para sobrevivência humana passou a supremacia em relação à mesma.

Descartes foi autor que marcou o início da transformação entre homem/natureza desenvolvendo métodos que permitem ao homem abandonar o pensamento orgânico da antiguidade e estudar os diversos elementos que compõe a natureza de forma isolada (GOMES, 2015).

na antiguidade greco/romana, antes de Descartes e de seu método de aferição, o homem enquanto animal, era parte da natureza, usava sua racionalidade para observá-la para que assim alcançasse o autoconhecimento e a partir de então se autodeterminar. Por meio da *physis* – nome dado à época a contemplação da natureza, o homem grego determina o que é o certo, a melhor forma de agir, o agir de maneira virtuosa, que é determinado pela ordem natural das coisas. Logo, dentro do paradigma da antiguidade clássica o homem e a natureza se imbricam para constituírem um só organismo (AUBENQUE, 2008; 103, ARISTÓTELES, 1996).

Esta concepção muda e o homem deixa de perceber a natureza como fonte propulsora de sua subsistência. Passa a dominá-la tornando-se um ser à parte e não mais parte da natureza. O homem desloca-se para o centro do mundo colocando-se como superior e independente (KANT, 2004).

Uma ideia de progresso no que se refere ao domínio humano em relação à natureza é construída por Francis Bacon contemporâneo de Descartes. Conforme Bacon (2003), a transformação a investigação, e a utilização das forças naturais permitem ao homem ter uma vida feliz e confortável. Compreensão que pode ser encontrada na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, quando informa em seu primeiro proclama que “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente” (ONU, 2016).

O conhecimento científico matemático passou a predominar neste contexto. Chegou-se a concluir que o que ainda não era de domínio humano é porque ainda na havia sido minuciosamente aferido e estudado cientificamente (GOMES, 2015).

Veiga-Neto (2014), discorre sobre o surgimento de uma sociedade industrial que eleva as questões econômicas ao topo das preocupações humanas, faz com que a natureza, antes, sistema orgânico, torne-se fornecedora de recursos para o consumo e produção, ou seja, a natureza torna-se o celeiro humano. Esta percepção da natureza como celeiro humano acabou por ocasionar grandes prejuízos à natureza, configurando-se em impactos e desastres globais, base empírica da construção dos discursos ambientais (GOMES, 2015).

Há muito que discutir sobre esta transformação em termos de relação homem/natureza. Situamos sinteticamente a visão orgânica e mecanicista com intuito de compreender a transformação gradual na maneira do homem se relacionar com o meio tendo por foco nosso objeto de estudo, sua maneira de apropriação, domínio e alteração de parte de um ecossistema descaracterizado sua função, mas servindo a sociedade não apenas como suprimento de recursos alimentares, mas também de moradia. Atentando-se que os interesses de mercado predominaram e os prejuízos e impactos ambientais se fizeram presentes.

Os subitens que seguem buscam elucidar a percepção de Foucault e Leff a respeito do meio ambiente. Que olhares mantinham sobre o meio e as relações estabelecidas dos entes com este meio. As imbricações disciplinares, políticas convergem sobre a temática. Compreender este olhar é de grande valia no sentido que norteiam o trabalho que trás por essência o conceito anunciado.

3.1.1 Concepção de ambiente segundo Michel Foucault e Enrique Leff

Nas obras de Foucault (2008) *Nascimento da Biopolítica e Segurança Território e População*, o meio ambiente é abordado no âmbito da biopolítica, demonstra que as mudanças no meio influem diretamente na vida da população, logo, para intervir na população necessita-se conhecer e intervir em seu meio (GOMES, 2015).

Ao nos referirmos à biopolítica como uma política da vida, entra logo em questão a ambivalência do genitivo: “a vida pode ser tanto o sujeito quanto o objeto da política” (CASTRO, 2011, p.15). Numa estreita articulação com o surgimento dos Estados modernos, dos saberes estatísticos e com a ideia de população como um organismo vivo, a biopolítica toma a vida humana como o próprio objeto da política; e promove a

distribuição das ações de governo dos (e sobre os) indivíduos que compõem uma população, no âmbito da vida (VEIGA-NETO, 2014).

Neste sentido, nas obras de Foucault, o meio ambiente figura como condição de manutenção e influência da vida das populações, e como estas podem modificar e intervir em seu entorno conforme suas necessidades. Adentrando neste momento, numa perspectiva mais complexa que envolve a governabilidade e gestão da população.

Para Leff conforme Rodrigues (2004, p. 200), o autor considera o ambiente não apenas como uma realidade visível, “mas sim como uma convergência de processos físicos, biológicos e simbólicos, que por meio das ações econômicas, científicas e técnicas do homem são reorganizados e reconduzidos”.

Ainda de acordo com Leff (2011, p. 319);

O ambiente não é o conceito que designa a ruptura de uma ciência ou da articulação das ciências existentes. O ambiente é o campo de externalidades das ciências existentes; é o conceito da demarcação frente à cientificidade própria que instaura a modernidade, o logocentrismo que fundamenta as ciências em torno de núcleos conceituais que externalizam e ignoram o ambiente que condiciona os processos dos quais deve dar conta uma ciência; é a disjunção do pensamento unidimensional e do conhecimento disciplinar que se abre para o saber da complexidade ambiental”.

Percebe-se que para ambos os autores o meio ambiente está para além do que do que na maioria das vezes é concebido e propagado, como o espaço onde a vida interage com meio não vivo, atravessados por ideologias, artes de governar, dominações, relações de poder e saber. É onde se institui as diferenças, pois é a natureza a fonte matricial de toda riqueza produzida. De que outra maneira justificaríamos qualquer matéria independente do valor agregado que não seja esta natureza transformada? E é neste campo de saber que gera e permeia poder se estabelecem as dominações e sujeições dinamizando a vida social, naturalizando processos, marcando as diferenças.

O saber ambiental anseia imbricações disciplinares. A problemática ambiental conforme Leff (2001, p. 310) em referência ao que preconiza UNESCO, pode se

considerar como sendo um campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, “razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura” (UNESCO, 1986)⁸

Tal como enuncia Leff (2009, p. 17) “O saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade, na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida. “E é na reconstrução da racionalidade ambiental desconstrutora da racionalidade capitalista que se forma o saber ambiental” (BOEIRA, 2001, p. 3).

Questões ambientais figuram complexas. Não nos faltam teorias, legislações, políticas ambientais para tal problemática. Inquieta a pretensa falta de cumprimento quando no que tange as questões relacionadas ao meio ambiente.

Um conceito amplamente difundido a este respeito, que mais se materializa como mais um processo natural da dinâmica social, é o conceito de ecopolítica, que inclusive alguns autores o consideram como originado da Biopolítica. Não nos propusemos abordar tal conceito de maneira ampla, mas o trataremos sinteticamente e suas imbricações com a biopolítica e educação ambiental.

3.2 Biopolítica, Ecopolítica e Educação Ambiental

⁸ A educação relativa ao ambiente... tem como meta permitir ao ser humano compreender a natureza complexa do ambiente, tal como esta resulta da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais. Em consequência, deverá oferecer os meios para interpretar a interdependência desses diversos elementos no espaço e no tempo, para favorecer uma utilização mais sensata e prudente dos recursos do universo para a satisfação das necessidades da humanidade.(UNESCO/UNEP 1986)

Questões acerca da biopolítica já foram amplamente discutidas, retomaremos o conceito no sentido de dar continuidade ao proposto. Termo criado por Foucault que trata da normalização biológica do humano, relacionando, principalmente, temas como soberania, gestão de população, governamentalidade dentre outros.

Já Passeti (2013, p. 03): argumenta que a pretensão da biopolítica;

Pela biopolítica se pretendia governar os corpos vivos, a população, instituindo que a vida de cada um dependia da política. A biopolítica se constitui, portanto, tendo por alvo totalizante o corpo-espécie (população e território) e funciona articulada com os poderes disciplinares individualizantes (utilidade e docilidade), atrelando o conjunto e o individual, e intimamente relacionada aos dispositivos de segurança.

Conforme considera Veiga-Neto (2014, p. 40) “Compreendemos a ecopolítica como o conjunto de políticas orientadas para o controle da vida no ambiente, no nível planetário”. Neste sentido, conclui-se que a ecopolítica não apenas desloca a importância até agora conferida à biopolítica como amplia, do humano ao planetário, o papel conferido à vida. Assim, nossos interesses e preocupações com a manutenção da vida vão para além da população humana (como corpo-espécie) e se instalam no todo do planeta (como um novo corpo vivo, digamos um corpo-ecológico ou um corpo-planetário) (VEIGA-NETO, 2014).

Para Passeti, este conceito engloba questões de complexidade humana;

A reviravolta nas pretensões capitalistas com base no *desenvolvimento sustentável* evidencia que “o alvo não é mais manter a condição de pobreza”, mas elevar os indicadores econômicos, auferir índices de felicidade e desenvolvimento humano (saúde, educação e cultura), disseminar uma *cultura de paz*, educar pessoas e práticas para a *resiliência*, instituir uma *economia verde*, encontrando certa *qualidade de vida* com redutores de vulnerabilidades e gerando condições compartilhadas para uma *vida melhor* de pessoas, ares, mares, relevos, florestas, enfim, do ambiente (PASSETTI, 2013, p. 12).

Passetti associa governo e população, não depende apenas da população como anunciado pela biopolítica, para que esta viva agrupada, móvel, resiliente, participativa, em função de cada um - de seu agrupamento e da conservação do planeta. A ecopolítica resulta da produção de problematização das forças em luta (PASSETI, 2013).

Neste sentido, pensar questões ambientais, a maneira de como a natureza vem sendo apropriada, antropizada, dominada e destruída, nos faz repensar a função da Educação ambiental (EA) e sua importância neste cenário de lutas, transformações, decisões, poder e saber. Conforme Leff (2009, p. 21) “o saber ambiental se inscreve no terreno do poder que atravessa todo saber, do ser que sustenta todo saber e do saber que configura toda identidade. O saber ambiental constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza”.

A forma como percebemos o ambiente e o valor que a ele agregamos depende de externalidades que não podem ser aferidas. São subjetividades, atravessadas por personalidades. Não adentraremos no campo da Percepção Ambiental (PA) neste trabalho. Utilizaremos o conceito com sua aproximação mais utilizada que é o sentido biológico do ver. Cabe salientar que a percepção ambiental é um campo teórico consolidado e tem norteado nos últimos tempos diversos trabalhos, tendo na Geografia e no Urbanismo sua maior expressividade.

Para este trabalho, consideraremos como se percebe o meio no sentido mais estrito do conceito – ver. Ajuda-nos a compreender valores que se agregam ao meio e como este muda dependendo da cultura e do interesse intrínseco.

Há pensadores na educação ambiental que afirmam que os estudos de PA são uma etapa prévia para se fazer projetos e programas de educação ambiental, com vistas a conhecer os saberes, interesses, gostos, expectativas, necessidades, vivências e experiências de indivíduos e grupos, bem como objetivando identificar o significado de signos importantes para a existência das pessoas. Em contrapartida, outros educadores

ambientais pensam a percepção do meio ambiente já como uma etapa inicial das próprias ações de educação ambiental, sobretudo nas atividades de sensibilização ambiental por meio de multi-estimulação da acuidade perceptiva, cognitiva e afetiva; e da ressignificação de contextos e conteúdos, vinculados às experiências ambientais, por intermédio, por exemplo, de trilhas interpretativas.

Já, Reigota (2002) exprime que o primeiro passo da educação ambiental deve ser, justamente, conhecer as percepções do meio ambiente das pessoas envolvidas no processo educativo. Constata-se que a maioria dos projetos e ações de EA realizadas hoje no mundo se fundam na concepção que os indivíduos e as coletividades têm sobre o meio ambiente. E aí reside a importância da PA para a Educação Ambiental (EA), pois os estudos de percepções fornecem um significativo entendimento das interações, sentidos, sentimentos, hábitos e valores que as pessoas estabelecem com o meio ambiente.

Surgida a partir de uma necessidade histórica, a EA vem desde a década de 60 discutindo a relação do homem com a natureza. Seus rumos são definidos a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972, na qual, se recomenda o estabelecimento de programas internacionais.

A Educação Ambiental (AE) é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. Convocada a conscientizar sobre os riscos socioambientais que decorrem da relação homem/natureza, a EA se constitui numa forma abrangente de educação, que propõe atingir todos os cidadãos através de um processo participativo permanente, que procura incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental (SILVA, 2014).

A partir de 1972, várias legislações norteiam a Política de Educação Ambiental. Há que se considerar que desde 1934 já vigorava leis de proteção ao meio ambiente. O

quadro 5, organizado pela acadêmica Fernanda Dalonso (2014) com base em Carelli (2004) e Fernandes (2014), apresenta as legislações acerca do meio ambiente entre os anos de 1934 a 2012:

Quadro 5 – Cronologia da legislação ambiental brasileira de 1934 – 2012

Ano	Descrição	Identificação
1934	Código das Águas	Decreto nº 24643
1934	Código Florestal	Decreto nº 23793
1934	Código da Caça e Pesca	Decreto nº 23672
1965	Código Florestal	Lei nº 4771, 15/09/65
1967	Proteção à Fauna	Lei nº 5197, 03/01/67
1973	Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA	Decreto nº 73030, 30/10/73
1980	Zoneamento Ambiental	Lei nº 6803, 02/07/80
1981	Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA	Lei nº 6938, 31/08/81.
1988	Constituição Federal	
1989	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Lei nº 7735, 22/02/89
1990	Secretaria do Meio Ambiente	Lei nº 8.028/90
1992	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMARHAL	Lei nº 8.490/92
1997	Recursos Hídricos	Lei nº 9433, 08/01/1997
1998	Crimes Ambientais	Lei nº 9605, 12/02/98
1999	Ministério do Meio Ambiente – MMA	Decreto nº 2.972
1999	Educação Ambiental	Lei nº 9795, 07/04/99
2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	Lei nº 9985, 18/07/2000
2000	Agência Nacional de Águas	Lei nº 9984, 17/07/2000

2000	Prevenção, Controle e Fiscalização da Poluição causada por Lançamento de Óleo e outras substâncias perigosas em Águas Brasileiras	Lei nº 9966, 28/04/2000
2000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	Lei nº 10165, 27/12/2000
2002	Carreira de Especialista em Meio Ambiente	Lei nº 10410, 11/01/2002
2002	Política Nacional de Biodiversidade	Decreto nº 4339, 22/08/2002
2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.	Lei nº 11.284, 02/03/2006.
2006	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP	Decreto nº 5758, 3/04/2006
2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.	Lei nº 11.428, 22/12/2006
2007	Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Decreto nº 6040, 07/02/2007
2007	Desenvolvimento Territorial	Decreto nº 6047, 22/02/2007
2009	Mudanças Climáticas	Lei nº 12187, 29/12/2009
2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do <i>caput</i> e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Lei complementar nº 140, 8/12/2011.
2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências	Lei nº 12651, 25/05/2012

Fonte: Adaptado de Carelli (2004); Fernandes (2014).

De acordo com a Lei 9.795/1999, art 1º, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta pode ser compreendida como:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A Lei 9.795/1999 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental em seu Art. 2º aborda que:

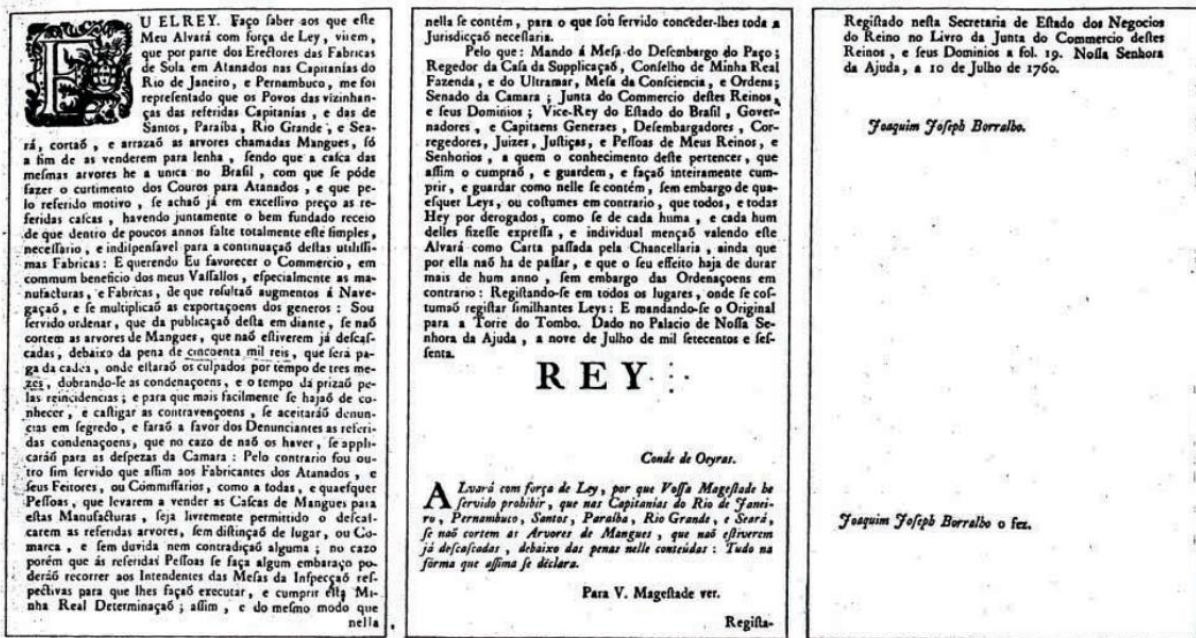
A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

No que tange aos ecossistemas de manguezais os problemas começaram logo após a chegada do colonizador português e o assentamento da população.

Em 1553, a população pobre corta o mangue para usar como lenha e os espaços desnudos vão sendo ocupados por essas pessoas com casas precárias construídas com paus de mangue. A madeira era também usada na construção naval e da casca era extraído o tanino para tingir as redes de pesca e curtir couro em curtumes (SEMADS, 2001, p. 36).

A partir de então, discute-se a respeito de seu pertencimento, proteção e apropriação. No período do Brasil colônia, em 10 de julho de 1760, é assinado por Del Rey Dom José um Alvará (figura 8), com força de lei, o qual manda prender e multar quem cortasse o manguezal. Seu propósito não figurava como medida protetiva do ecossistema, embora refletisse, mas de cunho puramente econômico, já que das árvores de mangue se extraía o tanino que era usado no curtume de couro e redes, bem como vendido a outros países (SEMADS, 2001).

Figura 8: Alvará assinado por Del Rey Dom José em 1760.



Fonte: Semads (2001, p.37).

No Brasil República toda a legislação relativa ao manguezal é consolidada no Decreto-Lei Federal nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Neste decreto ficam definidos a pertença e a preferência quanto ao regime de aforamento. Outra medida importante no que tange a preservação dos manguezais se deu através da demarcação da linha de preamar médio de 1831, feita pela “Diretoria de Patrimônio da União (D-L F nº 4760/46, art. 9 a 14), que salvaguardaria os direitos da Fazenda Pública, o meio ambiente como um todo e o ecossistema manguezal em especial, do Amapá até Santa Catarina” (SEMADS, 2001, p.37). Porém, somente em 1934 tem-se a primeira proposta concreta de preservação para o manguezal da baía de Guanabara, de acordo com a criação de uma unidade de conservação feita pelo Dr. W. Freise durante a 1º Congresso Nacional da Pesca.

Apesar de questões relativas à antropização dos manguezais com finalidades de moradia e sua apropriação com fins econômicos já figurarem discussões e medidas

protetivas a mais de quatro séculos, seu uso foi incentivado por aqueles que deveriam protegê-lo com vistas unicamente a atender, como já exaustivamente discutido uma demanda de mercado industrial em ascensão.

Diversos trabalhos foram realizados com objetivo de descrever os aspectos históricos e sociais de um período de crescimento econômico na maior cidade do estado de SC - Joinville, e a conseqüente destruição de parte do patrimônio natural, ocasionado pelas ocupações em áreas de manguezais. Este período de desenvolvimento e destruição foi palco de inúmeras relações de poder, atribuindo sentidos, simbologias, cujas apropriações contemporâneas podem ser analisadas e valorizadas enquanto patrimônio cultural a partir das Percepções Ambientais, tanto dos migrantes partícipes do processo, quanto da população atual residente na área urbanizada. A representação e a valorização mencionadas referem-se às estratégicas de poder e aos mecanismos de controle tomados quatro décadas passadas, com intuito de preservar o ecossistema de manguezal contendo a ocupação destas áreas.

A ocupação de áreas de mangue na região de Joinville foi conflituosa. As relações estabelecidas entre os partícipes, oriundos de diferentes locais do estado e arredores, e entre estes e o lugar ocupado, é também objeto de estudo e reflexão no campo da memória enquanto patrimônio cultural. Segundo Tomaz (2010, p. 2), “Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, evoca-se lembranças que, são capazes de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente”.

E, para aqueles que desconhecem este período da história joinvillense, a natureza, já transformada pelas ações antrópicas, presenteia-nos com um testemunho material importante a ser considerado: o canal artificial que, nas palavras de Candau (2011), funcionaria como um *sociotransmissor*. Estes são “quadros sociais e objetos de transmissão [...] quer dizer, todas as coisas que compõem o mundo que permitem estabelecer uma cadeia causal cognitiva [...] indispensáveis à transmissão memorial” (CANDAU, 2011, p. 50).

Na atualidade, a configuração sócio espacial dos bairros onde foi implementado o projeto mangue, está transformada. Porém, ao transitar pelos bairros a margem do canal artificial, a presença deste construto media lembranças de cenários de outrora, revivendo a memória daqueles que vivenciaram este período difícil e importante da história de Joinville. “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1992, p.411).

Através da materialidade contida nos lugares e edificações, a memória pode ser despertada. Esse despertar é capaz de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. “Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados” (TOMAZ, 2010, p. 2).

A instalação de moradias na área de mangue deixou marcas na paisagem natural. Marcas estas, que refletem a dinâmica da história, que hoje figuram na memória e transitam de natural a cultural. As alterações antrópicas na paisagem são abordadas por Funari e Pelegrini (2009), onde abordam que:

Qualquer marca que o homem introduza na paisagem significa uma modificação para sempre, um novo significado, um diferente valor cultural. O valor de uma paisagem cultural decorre de sua função e da capacidade de reter marcas e registros antrópicos, inclusive de atividades pretéritas. O homem é um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Sob a ótica cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limitam ao espaço. É também temporal (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 171).

A paisagem cultural por natureza carregada de memória, bem como as relações diversas estabelecidas por aqueles que habitavam as áreas de mangue, podem ser valorizadas como Patrimônio Cultural. E esta valorização segundo Funari e Pelegrini (2009), depende necessariamente do grau de conhecimento que se tem de suas variadas formas de utilização.

Referenciando ao patrimônio, Hartog (2006, p. 269) aborda que: “O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade”. Ainda de acordo com o autor, “o patrimônio não deve ser visto a partir do passado, mas a partir do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente” (HARTOG, 2006, p. 270).

Os ecossistemas de manguezais são considerados como patrimônio natural. A deformação de parte dos manguezais de Joinville num passado recente, para servir a humanidade num contexto de mudança econômica, serve-nos como categoria de ação sobre o presente, que nos permite possibilidades de reflexão e planejamento de ações futuras.

Em relatos de migrantes expressos em Tebaldi (2008) - o autor não referencia nomes - pode-se perceber a dificuldade enfrentada pelos moradores do mangue.

A vida no mangue era horrível. Todo dia pela manhã olhava para fora e só via água, muitas mães saíam com um filho embaixo do braço e uma sacola com roupas, depois de chegar na terra, vestia a criança para chegar na escola limpa. Uma boa parte das pessoas morava debaixo de uma loninha de plástico, 17 anos depois, onde tinha loninha tem sobrado. São pessoas que tiraram isso do trabalho na Tupy e em outras empresas de Joinville (TEBALDI, 2008, p. 18).

O relato acima, ainda que imbuído de lembranças sofridas, permeia satisfação e orgulho, pois, num curto período de tempo seus propósitos se realizaram fazendo valer a pena o transitório tempo de sofrimento.

A noite inteira eu chorava, mas dia seguinte tinha de estar firme para enfrentar a dura realidade. O mangue era um pesadelo, você olhava ao redor e era tudo coberto por barraquinhas de 2 por 2, sendo que viviam dentro duas ou três famílias. As crianças eram o mesmo sistema dos adultos: podia passar, passavam, não podia, paciência. Quando era o caso, ir para a escola ou coisa de doença, punha o vivente nas costas e levava (TEBALDI, 2008, p. 18).

Relatos como os supracitados, são exaustivamente abordados em Tebaldi (2008), e em fontes diversas apresentando o mesmo teor em essência nas angústias e sofrimentos. Partindo do exposto, percebe-se que não havia singularidade nas percepções. O sofrimento, o sentimento de transitoriedade e a certeza na concretização dos objetivos que os fizeram migrarem de suas cidades de origem, mantinham o grupo coeso. A memória comum a um grupo, entendida como memória coletiva, contribui como sugere Michael Pollak, para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade” (POLLAK, 1989, p. 9).

Refletindo sobre o jogo do poder da memória como fonte de ligação social, compreendemos que a memória vincula, presente ao passado, e, projeta o futuro. A memória proporciona reconhecimento; reencontro, significado, sentido, e alimento à vida. Por esta razão, permanece subjetiva e, ao mesmo tempo, fundamental a nossa identidade e sobrevivência.

A conscientização e principalmente mudança de comportamento, é um processo longo e cuidadoso. Neste sentido, faz-se necessário a verificação da eficácia da utilização da EA na mudança de postura por parte dos migrantes ocupantes da área de mangue, e o potencial desta Política como estratégia de preservação dos recursos naturais.

Corroborando a ideia supracitada Leff (2009, p. 19) tece o seguinte comentário;

O conhecimento não se forma apenas nas relações de validação com a realidade externa e em uma justificação intersubjetiva do saber. O saber se inscreve em uma rede de relações de outredade e com o real na construção de utopias por meio das ações sociais; ele confronta a objetividade do conhecimento com as diversas formas de significação do real, assim como nas condições de assimilação de cada sujeito e cada cultura, que se concretizam e fixam em saberes individuais e compartilhados, dentro de projetos políticos de construção social. O saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada. Ao mesmo tempo, implica a

apropriação de conhecimentos e saberes dentro de distintas racionalidades culturais e identidades étnicas. O saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo. Trata-se de um saber ao qual não escapa a questão do poder e a produção de sentidos civilizatórios. O diálogo de saberes se produz no encontro de identidades. É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. O ser, para além de sua condição existencial geral e genérica, penetra o sentido das identidades coletivas que constituem o crisol da diversidade cultural em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, no qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável.

A ocupação de área de manguezais em Joinville/SC foi palco de relações de poder e saber onde culturas heterogêneas passaram a residir e dialogar num campo conflitivo de poder, configurando e ressignificando o espaço. Travando lutas criando novas realidades. A dinâmica da vida materializada na complexidade apresentada a qual analisamos a partir de diferentes referenciais. Reconhecemos os limites e possibilidades passíveis de análises, nosso foco contudo, foi a problematização.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer desta dissertação intitulada “Análise do Discurso do Projeto Manguê: O Patrimônio Natural em Questão nos Mecanismos de Controle Social do Processo de Urbanização em Joinville nas Décadas de 1970 e 1980, várias questões foram levantadas, e a finalizo com sentimento imenso de incompletude e síntese. Creio não ser a única quando nesta situação, e o que me conforta é saber que não preciso não devo, nem conseguiria exaurir as discussões acerca desta temática.

Nosso questionamento inicial foi tentar responder o que de fato conteve, para o período considerado, o cessar das ocupações. Até mesmo porque, elas continuam.

Em entrevista com Autor do Projeto Manguê, o engenheiro sanitarista Marco Antônio Tebaldi um dos meus questionamentos foi – se tivéssemos o mesmo cenário hoje e o senhor tivesse a incumbência de resolver, tomaria as mesmas estratégias? Sua resposta foi enfática: “NÃO. Tanto que um ano após tentei fazer a Avenida Beira Mar, tinha recursos e não pude [...] O Estado está muito mais fiscalizador (ZERGER, 2015).

Com base no amplo material pesquisado (teses, dissertações, monografias, livros, artigos, entrevistas, jornais etc.), se configura difícil uma resposta que represente sinalizações mais precisas ao questionamento inicial. Mas, perante toda pesquisa realizada, se me fosse obrigada uma resposta ousaria dizer que de todas as estratégias utilizadas a construção de um canal artificial foi que de fato teria surtido efeito de cessar as invasões ao manguezal. Embora saiba, que foi um conjunto complexo de estratégias utilizadas, que no seu conjunto permitiram o cessar das ocupações.

A maneira pela qual se articulou o projeto foi extremamente estratégico. Gera dúvidas quando proferidas analogias em outros contextos e partindo das problematizações enunciadas pelos dois autores principais que nortearam este trabalho

(Foucault e Leff), se os articuladores tinham estas percepções intrínsecas nas ações tomadas.

Houve sim manifestações e acirramentos de ânimos entre a população que ocupou o manguezal, mas evidente que o discurso proferido foi eficaz, manipulou a seu favor os corpos fragilizados. A criação de Associações de Moradores foram fundamentais para organicidade das relações. Foi o panóptico, poder visível e inverificável como nas palavras de Foucault.

A cultura de “roceiros” como Tebaldi se refere aos migrantes, também foi um fator muito peculiar no espaço. Acostumados à vida no campo, sendo senhores do seu tempo e passaram a desassistidos devido às mudanças na esfera econômica, que os colocavam em situação de sujeição, incorporando discursos do outro.

A discussão ambiental no período considerado (1970-1980) estava delineando seus caminhos, não pode ser desconsiderada. Mas creio ter surtido pouco efeito. Na atualidade percebe-se que a Educação Ambiental (AE) se encerrou num parâmetro curricular ou programas pontuais de empresas que precisam de certificação, mas na esfera social, pouco se percebe seus efeitos.

É fato que houve crime ambiental? Se considerarmos que o não cumprimento da Lei se configura crime, obviamente sim.

Houve intencionalidade em urbanizar o manguezal? Se considerarmos a doação de extensa área de mangue para uma empresa de grande porte transferir suas instalações e o decorrente desenvolvimento ao seu redor novo empreendimento, a pesquisa indica de modo afirmativo.

Houve intenção em segregação? Se considerarmos que ocorriam incentivos de órgãos públicos e posteriormente transferência da posse efetiva do lote ao “invasor” e, ainda mais, sabendo que havia áreas habitáveis disponíveis aos migrantes e que, tornar

viável a moradia aquele espaço, concluímos que sim, que houve intencionalidade de segregar.

Questiona-se: sobre apontar vítimas ou culpados? Se associamos a problemática à crise brasileira ocorrida nas décadas de 1970 a 1980, e não a um caso pontual. Joinville naquele momento histórico, estava desenvolvendo-se industrialmente e necessitava de braços para atender o labor fabril. Neste contexto, tudo era pontual. Frente a necessidade de subsistência básica o imediato predominou. Poderia ser diferente? Sim. Havia possibilidades, de outras alternativas, mas ainda assim, é uma atitude simplista apontar culpados.

Penso que nesta trama todos foram vítimas e culpados. No momento em que nos tornamos seres a parte da natureza, já nos cabe culpa pela sua degradação. Contudo, o que se observa no contexto de ocupação das áreas de manguezais, foi a própria dinâmica da vida. Vida aqui na sua forma complexa não apenas biológica. Houve dominação e sujeição? Evidente. Imposição de discursos e assimilação? Inegável. Predominou interesses capitalistas nas relações? Certamente. Questões ambientais foram ignoradas tanto pelos migrantes, mas também por aqueles que deveriam buscar mecanismos de proteção à natureza? Fato.

O Projeto Mangue em toda sua complexidade foi alvo de críticas que perduram até os dias atuais. Mas também foi reconhecido como um projeto exitoso, ousado, tornou-se selos de correios e telégrafos, foi apresentado em evento ambiental (Eco 92), trouxe o Presidente da República a Joinville.

Evidente que é passível de análise e interpretações diversas. É inegável ao menos que se queira tomar um único referencial como verdade, foi um contexto atravessado por relações de poder e saber. E neste jogo, quem detém saber engendra o poder, e quem tem o poder gera sujeições, quem anseia pela sobrevivência, assujeita-se, luta. E o cenário muda constantemente, porque a dinâmica independe de quem sabe e pode. É certo que as relações se mantêm, em outro nível, mas se mantêm.

Nosso objetivo foi questionar. Mas é certo que rebuscar este passado embora recente, e analisá-lo a partir de fontes que não preconizam verdades, trouxe novo olhar ao cenário. Cenário permeado de dor, descontentamento, sofrimento, angústias, mas também de conquistas e aprimoramentos.

REFERÊNCIAS

- AMBELLI, G. FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, S., (org.). **Patrimônio cultural**. São Paulo: Ed. Annablume; Fapesp. Campinas: Nepam, 2009.
- ALVES, J. R. P. (org). **Manguezais: educar para proteger**. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS,x2001.x96xp.xDisponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manguezais.pdf> Acesso em: fev. 2015.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 320p.
- AUBENQUE, Pierre. **A prudência em Aristóteles**. 2. Ed. Tradução: Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008. 352p.
- BACON, Francis. **Novum organum**: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade Pará de Minas: Virtual Books Online M&M Editores, 2003. 229p. Disponível em: <www.psb40.org.br/bib/b12.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.
- BOEIRA, Sergio. L. Saber Ambiental. **Ambiente & sociedade** – Ano V – Nº 10 – 1º semestre de 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2002000100010>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- BOURSCHEID, J. Antônio. **O cadastro técnico multifinalitário aplicado ao planejamento urbano**: estudo da expansão urbana na cidade de Joinville. 1993. (Dissertação de Mestrado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Lencta Ferreira - São Paulo: Ed.Contexto, 2011.
- CARELLI, Mariluci, Neis. **Gestão ambiental na empresa**: bases epistemológicas. 2004.212f. Tese.(Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC- Florianópolis.
- CARGNIN, Tiago. M. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo dos Saberes. *Educação & Realidade*. 34-3: 17-4, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/article/view/Filw9515-37578-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaulteanas**: una historia conceptual de las biopolítica. La Plata: UNIPE, 2011.
- CREMER, et al. **Baía da Babitonga**. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/avesmigratorias/sul/AvesSUL_babitonga.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2014.

_____. O Estuário da Baía da Babitonga. In: CREMER, Marta J; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de Oliveira. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006. 256p.

CRISTOFOLINI, José. Nilton. **Desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e a ocupação dos manguezais**. 2012. 332f. Tese. (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: Abril de 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. n. 7).

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978) Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

_____. **O nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979) Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes. São Paulo, 2008.

_____. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8ª ed. Julho de 2002, edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1996.

_____. **“What is Critique?”** In: INGRAM, David (ed.). *The Political*.

FLORIANI, Dimas. A complexidade ambiental nos convida a dialogar com as incertezas da modernidade. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 4, p. 61-64, jul./dez. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <[HTTP://revistas.ufpr.br/made/article/view/3040](http://revistas.ufpr.br/made/article/view/3040)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Esporte e lazer em Joinville**: memórias da associação atlética Tupy. Joinville, SC: ed. Univille, 2010. 492 p.

GOMES, Fraikson. C. F. **Propriedade, Meio Ambiente E Michel Foucault: limitações socioambientais da propriedade como dispositivos de ecogovernamentalidade**. 2015. 180f. *Dissertação* (Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental) - Universidade Federal de Ouro Preto

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 6, p. 261-27, jul/dez, 2006. [cópia digital].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: 15 de jan. 2015. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=420910&search=santa-catarina|joinville|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Dados fornecidos pela subseção de Joinville). 2012b. In _____ Cristofolini (2012, p. 102).

IBGE, Censos Demográficos e Contagem Populacional:1960, 1970,1980,1991, 2000, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/50a2fdb5c47693f60a74d4a3059fc257.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2015.

IPPUJ. Joinville cidadexem Dados 2010-2011. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br/conteudo.php?paginaCodigo=23>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

IPPUJ. Joinville bairro a bairro 2013. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004. 197p.

LEFF, Henrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.111-129.

_____. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar do Professor**. Ponta Grossa, 14 (2): 309-335, 2011. Disponível em: <http://www.revista2uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em 08 de jan. 2017.

_____. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo dos Saberes. *Educação & Realidade*. 34 (3): 17-24 set/dez/ 2009. Disponível em: < >. Acesso em 08 de jan. 2017.

LEE GOFF, Jacques, **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

MANGUEZAIS: EDUCAR PARA PROTEGER / Organizado por Jorge Rogério Pereira Alves. - Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manguezais.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2015.

MARTINS, Rosana. **A problemática habitacional de Joinville e a ocupação dos mangues**. 1988. Monografia (Especialização em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOSER, Liliane. **Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville/SC**. 1993. 220f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **A institucionalização da ocupação das áreas de mangue em Joinville**. 1999. F. Monografia (Especialização em História)-Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.

_____. **De agricultor a operário: lembranças de migrantes**. Dissertação. 2000. 251 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**. v.5: jan-abr. São Paulo: PUC-SP, 2013.

POLLAK. Michel, Memória esquecimento e silêncio. **Estudos Histórico**. Rio de Janeiro, vol 2, n.3,1989, p. 3-15. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br>. Vol. 2. N.2. Acesso em: 23 de dez 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=21>>. Acesso em: Abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Programa integrado de baixa renda: área dos mangues ocupados de Joinville» 1989, 56 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE Joinville:xcidadexemxdados.x2014.xDisponívelxem:xf<ile:///C:/Users/EM%20Jo%C3%A3o%20Costa/Downloads/41e7d9bfeda5eb4dcdb150e41a236dfb%20(1).pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

ROCHA, Isa. de Oliveira. **Industrialização de Joinville - SC: da gênese às exportações** - Florianópolis: [s.n]. 1997.

RODRIGUES, Gelze. S.C. Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Caminhos da Geografia – Revista on-line. Disponível em: <www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 25 set. 2017.

SANTANA, Naum Alves de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996** 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTIAGO, Raquel S. **Eu Wittich Freitag**. Joinville, SC: Movimento e Arte, 2000.

SILVA, D. G. da. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. Disponível em: <www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/...2006/Danise-Guimaraes-da-Silva.pdf>. Acesso em: Abril de 2014.

SILVEIRA, Ronaldo Gomes. **Análise da expansão urbana em áreas de mangue do município de Joinville**. 1994. 103f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Luiz Alberto de. **O processo de ocupação das áreas de manguezais em Joinville: agentes, estratégias e conflitos**. 1991. 127f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Flavia Cristina Antunes de. **A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: desamontoando conchas e evidenciando memórias**. 2007. 129f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TEBALDI, Marco Antônio. **Projeto mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré**. Joinville/SC: Editora Letradágua, 2008.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010 Vol. 7; Ano VII, n. 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em maio de 2014.

TORRANO, Luiza. M. Michel Foucault & Tecnologias do Poder: a Psicanálise. **Revista Aulas**. N. 3 – dezembro 2006/março 2007. Organização: Margareth Rago & Adilton Luís Martins. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1931 Acesso em: 25 ago. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 31, n. 2 – Ed. Especial Impressa – Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, p. 208-224, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/4596/2911>>. Acessos em: 15 out. 2016.

Imagens

Figura 1: Mapa de Joinville. Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/-IPKxK_zYLG8/TraBndBYc6I/AAAAAAAAAJJM/YIYY1vX_ir4/s1600/mapa_joinville.gif>. Acesso em: jan. De 2015.

Figura 2: Localização da Baía da Babitonga. Disponível em; <<http://1.bp.blogspot.com/-AFCPSFF4bPQ/T9azNqx2CHI/AAAAAAAAAL0/vHzQC9xR9g8/s1600/Baia+da+Babitonga+Gloogle.JPG>>. Acesso em jan. 2015.

Figura 3: Construção de palafitas em área insalubre. TEBALDI, Marco Antônio. Projeto mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré. Joinville/SC: Editora Letradágua, 2008, p. 160.

Figura 4: Panfletos distribuídos pela Tupy aos operários nos finais de ano. Dissertação. 2000. 251 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. (p. 105/106).

Figura 5: Crianças brincando em lodaçal. TEBALDI, Marco Antônio Projeto. mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré. Joinville/SC: Editora Letradágua, 2008, p. 159.

Figura 6: Patente - construto rudimentar de madeira. TEBALDI, Marco Antônio. Projeto mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré. Joinville/SC: Editora Letradágua, 2008, p. 147.

Figura 7: Canal artificial dividindo a área invadida da área preservada. TEBALDI, Marco Antônio. Projeto mangue: preservação dos manguezais e zonas de maré. Joinville/SC: Editora Letradágua, 2008, p. 182.

Figura 8: Alvará assinado por Del Rey Dom José em 1760. MANGUEZAIS: EDUCAR PARA PROTEGER / Organizado por Jorge Rogério Pereira Alves. - Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, 2001. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manguezais.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

Jornais

A NOTÍCIA. Joinville, 14 novembro 1987.

_____.Joinville, 8 maio 1981.

_____.Joinville, 5 maio 1991.

_____.Joinville, 27 março 1985.

_____.Joinville, 30 junho 1987.

_____.Joinville, 29 junho 1995.

_____.Joinville, 4 julho 1987.

_____.Joinville, 26 agosto 1987.

DIÁRIO CATARINENSE. Joinville 12 abril 1989.

_____. Joinville, 9 março 1990.

EXTRA. Joinville, 2 fevereiro 1987.

_____. Joinville, 9 agosto 1983.

_____. Joinville, 25 abril 1984.

JOINVILLE DIA-A-DIA. Joinville, 28 abril 1984.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Joinville, 4 julho 1987.

_____.Joinville, 22 junho 1987.

BORGES, A. Ocupação dos Espinheiros. Jornal A Notícia, Joinville, p. 16, 8 mai. 1981.

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Liliane Jacinto Zerger

RG: 4.018.986-4

Título da Dissertação: **ANÁLISE DO DISCURSO DO PROJETO MANGUE: O PATRIMÔNIO NATURAL EM QUESTÃO NOS MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DOS MANGUEZAIS EM JOINVILLE/SC NAS DÉCADAS DE 1970 A 1980**

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 03 de maio de 2017.



Liliane Jacinto Zerger